

NEOLIBERAL EUROPE AND THE PRESENT CRISIS OF CAPITALISM

António Avelãs Nunes

Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal
anunes@fd.uc.pt

Resumo: Sendo a globalização neoliberal um projeto político, os seus adversários têm de ser capazes de alimentar um espírito de resistência à ideologia dominante e de pôr de pé um projeto político inspirado em valores e empenhado em objetivos que “os mercados” não reconhecem nem são capazes de prosseguir. Um projeto cultural que assente na confiança no homem e nas suas capacidades, rejeitando a lógica determinista que nos imporia, como inevitável, sem alternativa possível, a atual globalização neoliberal, uma das marcas desta civilização-fim-da-história.

palavras-chaves: Europa, crise, neoliberalismo, alternativas econômicas.

Abstract: *Being the neoliberal globalization a political project, their opponents must be able to foster a spirit of resistance to the dominant ideology and put in place a political project inspired by values and committed to goals that “markets” do not recognize or are able to proceed. A cultural project that is based on trust in man and in their abilities, rejecting the deterministic logic that would require us, as inevitable, with no possible alternative, the current neoliberal globalization, one of the hallmarks of this civilization-end-of-story.*

Keywords: *Europe, crisis, neoliberalism, economic alternatives.*

¹ O texto que agora se publica serviu de guia a uma conferência proferida pelo Autor, em 26 de abril de 2011, na Faculdade de Direito de Coimbra para uma delegação de advogados brasileiros liderada pelo Advogado Geral da União, Ministro Luís Inácio Adams. Mantém-se o tom de prosa lida, sem grande apoio de notas de rodapé.

A ‘Europa’ neoliberal e a crise atual do capitalismo

I

1. – A vitória do neoliberalismo como ideologia dominante encontra sólida confirmação quando se analisa a história do processo de construção da Europa comunitária.

Como é sabido, o Tratado originário da atual União Europeia foi assinado em Roma em 1957. Estávamos ainda no período áureo do keynesianismo e das políticas keynesianas. Mas, por mais estranho que pareça, a verdade é que foram as concepções liberais em matéria de política económica as inspiradoras do Tratado de Roma.

Hoje sabemos que os tecnocratas que prepararam os *dossiês* para os Chefes de Estado e de Governo dos seis países fundadores do *Mercado Comum* tinham perfeita consciência de que a opção pelo liberalismo nas relações entre os estados membros do *mercado comum* arrastava consigo a adopção de soluções liberais no plano interno de cada estado, e sabiam muito bem que as *liberdades de circulação de capitais, de mercadorias e de pessoas* (associadas às regras comuns em matéria de concorrência) implicavam o abatimento das soberanias nacionais.

E elas foram consideradas, desde o início, como as *verdadeiras liberdades fundamentais*. Sob a epígrafe *liberdades fundamentais*, o art. I da chamada Constituição Europeia (morta pelo voto dos povos da França e da Holanda) determinava que “a União garante no seu território a livre circulação de pessoas, serviços, mercadorias e capitais, bem como a liberdade de estabelecimento”. Para evitar o escândalo de se proclamarem como *liberdades fundamentais* estas *liberdades do capital* e não as que normalmente integram a tábua dos *direitos, liberdades e garantias* das pessoas, os construtores da ‘Europa’ resolveram retirar este texto do *Tratado de Lisboa*. Mas todos sabemos que esta é apenas uma mudança cosmética *para europeu ver*. Na essência, tudo continua na mesma: aquelas *liberdades do capital* são mesmo as *liberdades fundamentais* que contam nesta *Europa do capital*.

Podemos dizer que a criação da Comunidade Económica Europeia marcou, deste ponto de vista, uma primeira vitória do liberalismo alemão sobre o intervencionismo francês, construído no após-guerra com base num forte setor empresarial do estado, na planificação pública da economia e num sistema público de segurança social.

O liberalismo consagrado no Tratado fundador de 1957 não era ainda o *neoliberalismo* (à moda de Friedman e de Hayek) vertido depois no Ato Único Europeu (1986) e no Tratado de Maastricht (1991). Era uma espécie de *liberalismo do possível*. Mas é hoje claro que a ‘Europa’, enquanto projeto político, veiculou, desde o início, o objetivo estratégico de *liberalização* da economia europeia e de

desconstrução do *estado keynesiano* enquanto *estado económico* (preocupado em subordinar o poder económico ao poder político) e enquanto *estado social* (empenhado na prossecução de políticas de redistribuição do rendimento e de garantia das pessoas contra a incerteza e o risco).

Com a vitória da *contra-revolução monetarista*, em meados da década de setenta do século passado, o vírus neoliberal foi sendo inoculado em doses maciças nos sucessivos tratados estruturantes da 'Europa', fazendo dela aquilo que ela é hoje, sem disfarce: a mais fundamentalista das construções neoliberais.

Exotéricas construções teóricas têm procurado legitimar este *paraíso neoliberal*, pintado quase sempre em tons cor de rosa (como costumam ser os sonhos lindos...) e difundido nas academias e nos meios de comunicação social pelos 'intelectuais orgânicos' do pensamento único, com o fervor de verdadeiros apóstolos.

2. - Desde o Tratado de Roma vem-se acatando o princípio de que o direito comunitário não põe em causa o regime de propriedade dos estados-membros. Mas a verdade é que a força hegemónica do *dogma da concorrência livre* numa *economia de mercado aberto e de livre concorrência* e o regime dos *auxílios concedidos pelos estados* condenam as empresas públicas a comportar-se como *empresas capitalistas*, não podendo os estados seus proprietários utilizá-las segundo uma lógica diferente da que decorre das leis do mercado.

Nos Tratados estruturantes da UE admite-se a *propriedade pública* de certas empresas desde que o *estado-empresário* se comporte como um *empresário capitalista*. Esta *propriedade pública*, tolerada se ela não puder ser nada mais do que uma outra forma de *propriedade capitalista*, não pode, pois, ser utilizada como ponto de partida para a construção de uma economia e de uma sociedade negadoras do capitalismo. Ao contrário do que proclamam os defensores desta Europa capitalista, os Tratados 'constitucionais' da União são tudo menos liberais, no sentido de permitirem um projeto político decorrente da alternância democrática. Se em algum país da UE ganharem as eleições partidos que queiram construir uma sociedade socialista, só poderão fazê-lo em ruptura com os Tratados.

As linhas orientadoras definidas pela Comissão Europeia para as *ajudas públicas* com vista à recuperação ou reestruturação de empresas em dificuldade (públicas ou privadas) não deixam qualquer dúvida: só autorizam a intervenção do estado nas situações em que um investidor privado racional, atuando numa economia de mercado, adotasse uma idêntica decisão de apoio financeiro. Obriga-se o estado a atuar de acordo com a lógica do capital privado, como se a natureza e os fins do estado fossem os mesmos dos de um empresário privado, como se a *racionalidade* do estado tivesse de ser a do capital privado, como se o estado (mesmo o *estado capitalista*) não devesse intervir quando o capital privado o não faz ou quando a lógica do mercado (a busca do lucro) provocou uma crise a que é necessário pôr cobro. É o neoliberalismo mais extremo, puro e duro, inspirado no que alguém chamou "teologia da concorrência". (George Sarre)

3. - Também no que toca aos *serviços públicos*, desde o Tratado de Roma que se vem falando da possibilidade de eles gozarem de um regime especial, que os colocasse fora do jogo do mercado e

da alçada das regras da concorrência. Cumprir este objetivo seria respeitar a longa tradição europeia da prestação pelo estado de um importante conjunto de *serviços públicos essenciais* (nomeadamente na área dos transportes, energia, comunicações, serviços postais, água e saneamento) com o objetivo de garantir a universalidade destes serviços, a sua qualidade, a segurança e a continuidade da sua prestação e o acesso a eles em condições que não excluam da sua fruição os economicamente débeis e os que habitam em regiões onde a sua prestação não é rentável em termos capitalistas. Estes são objetivos de *solidariedade* e de *coesão social* a que a lógica do capital é insensível e que o mercado não pode assegurar, nem é razoável esperar que ele o faça.

Daí a importância destes *serviços públicos*, cujo conceito foi elaborado na França (Duguit) e na Alemanha (Forsthoff), a par da ideia de que a Administração Pública deveria assumir como missão fundamental a prossecução do bem comum, orientando a sua actividade essencialmente para a *prestação de serviços públicos*, passando a segundo plano a Administração que pratica atos de autoridade (*estado polícia*). Os destinatários destes serviços públicos prestados pelo estado no cumprimento das suas responsabilidades eram os próprios *cidadãos*. Não será incorreto afirmar que aqui radica a origem do chamado *modelo social europeu*.

Ora, a partir do Tratado de Roma, os Tratados estruturantes do que hoje é a União Europeia afirmaram a primazia do *mercado* e da *concorrência*, encarados como as únicas fontes de onde jorram o leite e o mel, o crescimento económico, o progresso, a abundância e a equidade. E esta ‘filosofia’ liberal, o direito comunitário e a prática das instituições da UE vieram minar todo o edifício da Europa social.

Com a integração europeia, os estados nacionais perderam a soberania no âmbito da política agrícola e de pescas, da política de concorrência, da política monetária e cambial, e, na prática, também no âmbito da política orçamental, bem como no âmbito da política de energia, transportes e comunicações (setores privatizados e liberalizados). E perderam também a capacidade de intervir soberanamente na economia, como *estados-empresários* (isto é, como titulares de *empresas públicas* a operar nos setores estratégicos da economia e nos serviços públicos) e como *estados prestadores de serviços públicos*.

Em países como Portugal, a Constituição da República cometia ao estado a responsabilidade de garantir a *subordinação do poder económico ao poder político democrático* e atribuía ao estado as competências e os meios para satisfazer cabalmente esta incumbência. Em resultado da integração europeia, a soberania portuguesa perdeu esta capacidade e aquele objetivo estratégico da democracia portuguesa ficou vazio. A *liberalização do mercado dos serviços públicos* foi o remate desta teia em que o liberalismo enredou os povos da Europa para os esbulhar de conquistas que lhes eram queridas.

O catecismo neoliberal e os ‘deuses’ que ele serve impuseram o *desmantelamento do estado prestador de serviços públicos*, ao longo de um processo que terá começado com uma Diretiva de 25.7.1980, adotada pela Comissão Europeia com base no poder que lhe conferia o n.º 3 do art. 90.º do Tratado de Roma de endereçar diretivas às empresas públicas para que elas se *submetessem às regras da concorrência*.

Vários estados membros questionaram a legalidade desta Diretiva, invocando falta de competência da Comissão. Mas o Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias deu razão à Comissão, abrindo caminho às políticas liberalizantes que se seguiram, mesmo nos países onde os serviços públicos tinham uma tradição mais longa e amplamente positiva. No contexto da Europa comunitária, este processo viu o seu ritmo acelerado a partir de 1986, com o *Ato Único Europeu*, no qual se proclamou solenemente o famoso princípio da *concorrência livre e não falseada* como a essência do mercado interno único.

4. – Breves notas acerca do que dizem os Tratados sobre os *Serviços Públicos*, ou antes, sobre os *Serviços de Interesse Económico Geral* (SIEG), uma vez que aquela designação tradicional (de ressonâncias perigosas...) foi substituída por esta última, que nunca foi definida com rigor e que a opinião pública desconhece.

Cientes de que esta substituição representa um retrocesso, os defensores da Europa neoliberal esforçam-se por fazer crer que SIEG “significa serviço público na linguagem europeia”. Mas o *Livro Branco* publicado pela Comissão Europeia em 2004 é muito enfático ao afirmar que os *serviços de interesse económico geral* não podem confundir-se com *serviços públicos*. Os documentos da Comissão deixam claro, além do mais, que os SIEG só podem ser criados pelo estado (em sentido genérico) se a iniciativa privada não fornecer o serviço, exigindo, por outro lado, que a produção dos SIEG se faça *respeitando as regras da concorrência*. A alteração da designação não é, pois, uma pura alteração semântica, antes significa a negação do núcleo essencial do conceito de serviço público. Como alguém escreveu (Jean-Pierre Chevènement), é público o que não interessar aos privados, por não dar lucro...

Ao contrário do texto do Tratado de Amesterdão (que incluía os SIEG entre “os valores comuns da União”), os Tratados atuais não incluem os SIEG entre os *valores da União*, nem incluem a sua prestação entre os *objetivos da União*.

O Tratado aprovado em Lisboa (assinado em Lisboa em 13.12.2007) insiste na proclamação de que “as empresas encarregadas da gestão de serviços de interesse económico geral (...) ficam submetidas ao disposto nos Tratados, designadamente às *regras da concorrência*”, contrariando uma longa tradição europeia, segundo a qual os *serviços públicos* sempre foram considerados bens *à margem do mercado, não sujeitos às regras e (aos interesses) do mercado*.

5. - A importância desta questão e a consciência do retrocesso verificado explica que, durante o período de discussão pública da ‘falecida’ Constituição Europeia, um grupo de personalidades (entre as quais Jacques Delors e António Guterres, antigo Presidente da Comissão Europeia e antigo Primeiro Ministro de Portugal, respectivamente) trouxesse a público, através da internet, uma *Petição para um Verdadeiro Tratado da Europa Social*, na qual se defende, a este propósito, a inclusão nos Tratados de um artigo com esta redação: “A *construção da União não pode fazer-se apenas através do mercado. O interesse geral não pode ser a soma dos interesses privados que o mercado exprime. A longo prazo, o desenvolvimento sustentável, o respeito pelos direitos fundamentais, bem como a coesão dos territórios não podem ser assegurados de forma duradoura pelas regras da*

concorrência. Por isso a União reconhece, em igualdade com o princípio da concorrência, o princípio do interesse geral e a utilidade dos serviços públicos. A União vela pelo respeito pelo princípio da igualdade no acesso aos serviços de interesse geral para todos os cidadãos e residentes. Esforça-se, juntamente com os estados-membros, cada um no quadro das suas competências, por promover os serviços de interesse geral enquanto garantes dos direitos fundamentais, elementos do modelo social europeu e vínculos de pertença à sociedade do conjunto de cidadãos, cidadãs e residentes”.

O que se propunha não era, obviamente, nenhuma revolução: era apenas o respeito pela tradição europeia e pelo chamado *modelo social europeu*, que, evidentemente, *não pode garantir-se através do mercado*, nem pode construir-se com base nas regras da *economia de mercado aberto e de livre concorrência*, o santo e a sanha dos Tratados.

Pois bem: nem no projeto de ‘constituição europeia’ nem no chamado Tratado de Lisboa, herdeiro direto daquela, os responsáveis pela sua aprovação, movidos pelos ventos do neoliberalismo dominante, soprados pelos interesses do grande capital financeiro, levaram minimamente em conta a proposta daquelas personalidades tão insuspeitas de anti-europeísmo. Não faltam, pois, razões para que os defensores dos *serviços públicos* continuem a lutar pela sua salvaguarda.

6. - Não é exagero afirmar-se que “a Europa social é o parente pobre deste modo de construção europeia”. E, se não se alterarem as regras do jogo, arriscamo-nos a que o relógio da história ande duzentos anos para trás.

Uma coisa é certa: os Tratados estruturantes da UE ficam aquém das tábuas de direitos (nomeadamente *direitos económicos, sociais e culturais*) consagradas nas constituições de alguns estados membros e mesmo em documentos internacionais, como a *Declaração Universal dos Direitos do Homem* (10.12.1948), a *Carta Social Europeia* (Conselho da Europa, 18.10.1961) e a *Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores* (9.12.1989). Talvez por isso os Tratados ‘esquecem’ a DUDH, apesar de todos os estados-membros da UE terem reafirmado o seu respeito por ela em 10.12.1998 (Resolução da ONU comemorativa dos 50 anos da DUDH) e em 8.9.2000, na *Declaração do Milénio*.

Um exemplo elucidativo.

O *direito ao trabalho* foi substituído pelo “direito de trabalhar”, a “liberdade de procurar emprego em qualquer estado membro” e o “direito de acesso gratuito a um serviço de emprego” (arts. 15º e 29º CDF). Ora o *direito de trabalhar* foi uma conquista das revoluções burguesas do século XVIII, uma vez que ele não é mais do que a outra face da *liberdade de trabalhar* inerente ao *estatuto jurídico de homens livres* reconhecido aos trabalhadores após a abolição da *escravatura* e a extinção da *servidão pessoal*. O *direito ao trabalho* (com o correlativo dever do estado de garantir a todos os trabalhadores uma existência digna através do trabalho) começou a ser consagrado na Constituição francesa de 1793 e consolidou-se após a revolução de 1848. Estamos, também neste ponto, a querer regressar ao século XVIII.

Como novidade – que contraria disposições expressas das constituições de alguns estados-membros -, surge, para nosso espanto, o reconhecimento do direito de greve às entidades patronais ou direito ao *lock out*.

7. - Neste tempo de crise, torna-se mais visível e preocupante a incapacidade da União de definir e executar uma *política efetiva de promoção do pleno emprego, de combate ao desemprego e de proteção social aos desempregados*. O próprio Parlamento Europeu vem insistindo há anos (pregando no deserto...) na incapacidade da União para definir uma estratégia coordenada em matéria de emprego, a não ser no que toca ao objectivo neoliberal, há longo tempo estatuído nos Tratados, de promover “*mercados de trabalho que reajam rapidamente às mudanças económicas*”.

Nos documentos que antecederam a criação da União Económica e Monetária (UEM) surgiu uma proposta francesa no sentido da centralização do sistema de seguro de desemprego, de modo a reduzir as consequências de eventuais choques assimétricos. Dada, sobretudo, a oposição britânica, a proposta não foi por diante.

Em Amesterdão (1996/1997) conseguiu-se que o RU aderisse à *Carta Social* aprovada em Maastricht, ficando ela incorporada nos Tratados constitutivos da UE. Mas Blair e Kohl opuseram-se à criação de um *Fundo Europeu de Luta contra o Desemprego*, como pretendia a França.

O objetivo do *pleno emprego* nunca foi levado a sério pelos Tratados que vêm dando corpo ao projeto 'Europa'. Os Tratados atualmente em vigor só falam de *pleno emprego* no art. 3º do Tratado da União Europeia (TUE). Mas este artigo não engana ninguém: ele começa com esta declaração: “A União estabelece um *mercado interno*”. Este – o mercado interno único - é que é o *objetivo estratégico*: o resto há-de decorrer do funcionamento deste mesmo mercado, segundo as regras do mercado.

Outro artigo dos Tratados, que se ocupa da *Política Social*, volta a referir, entre os objetivos da União e dos estados membros, a *promoção do emprego, um nível de emprego elevado e duradouro e a melhoria das condições de vida e de trabalho*. Uma leitura mais atenta mostra, porém, que estes objetivos não-de ser alcançados não em resultado de *políticas comunitárias activas*, mas pela via do “diálogo entre parceiros sociais” e do “desenvolvimento dos recursos humanos”.

O que este artigo anuncia, na prática, é que a UE não tem qualquer política a este respeito. Já quanto ao que verdadeiramente interessa à *Europa do capital*, o texto é muito claro ao proclamar a “necessidade de manter a capacidade concorrencial da economia da União”. Dizendo-o em linguagem entendível: o que é importante é manter a capacidade concorrencial da economia da União (ainda que à custa dos salários, das condições de trabalho e da segurança do emprego); a promoção (e a garantia) do emprego e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores têm de subordinar-se ao que é importante.

Isto mesmo resulta da leitura atenta dos arts. 145º e 146º do TSFUE, que se ocupam do *Emprego*, proclamando o *empenho* da União e dos estados membros em desenvolver *uma estratégia concertada em matéria de emprego*. Os construtores da 'Europa' confessam que *ainda não conseguiram desenvolver nenhuma estratégia concertada em matéria de emprego*. Mas *prometem empenhar-se em o conseguir...*

Poderemos levá-los a sério, quando sabemos que passaram mais de cinquenta anos sobre o Tratado de Roma e não fizeram nada neste sentido?

Pior ainda: quando sabemos que a única estratégia coordenada que tem sido levada à prática, de forma sistemática e empenhada, pela União e pelos estados membros (governados

por conservadores, por socialistas, trabalhistas ou sociais-democratas) é a política neoliberal ‘flexibilizadora’, que tem contribuído para a criação de “mercados de trabalho que reajam rapidamente às mudanças económicas” (a expressão é dos Tratados).

Tudo em consonância com o objetivo estratégico não confessado do *nivelamento por baixo*. Por alguma razão o Tratado de Amesterdão retirou do texto dos Tratados a referência que neles se fazia à *harmonização do direito social no sentido do progresso*. Nos Tratados atualmente em vigor, insiste-se na “necessidade de manter a capacidade concorrencial da economia da União”, sendo eles muito claros na afirmação de que o “funcionamento do mercado interno” é o factor que “favorecerá a harmonização dos sistemas sociais”.

É bem conhecido o papel do mercado na afirmação e na consolidação do capitalismo como *a civilização das desigualdades*. Mas a tese de que o progresso económico e o bem-estar só podem resultar do *livre funcionamento do mercado* é um dos dogmas que integra o clássico catecismo liberal. Ele ilumina os Tratados estruturantes da UE, praticamente desde o Tratado de Roma. E integra hoje a doutrina e a prática política dominantes dos partidos (conservadores ou socialistas) responsáveis pela construção desta Europa neoliberal.

8. – Uma comunidade identitária no plano político tem de caracterizar-se por um elevado grau de *solidariedade*, tanto no plano interno como no plano externo. E a UE está longe de corresponder a esta exigência fundamental.

No plano externo, essa falta de solidariedade tem-se manifestado em momentos dramáticos, como foi o da invasão do Iraque, tendo sido notórias as posições extremadas entre os opositores e os apoiantes da estratégia imperial dos EUA.

Pouco antes acontecera algo de semelhante a propósito da ex-Jugoslávia, onde o conflito de interesses entre potências imperialistas europeias deu origem à 1ª GM, a guerra que pôs fim às guerras, como se dizia (e desejava) no fim dela. Muitos observadores atribuem à Alemanha a responsabilidade política de ter estimulado os nacionalismos na região e de ter reconhecido a independência da Croácia à margem da Comunidade Europeia e contra o que seria o consenso das restantes potências europeias.

O resultado foi o que se viu: uma guerra fratricida no coração da Europa e a intervenção militar dos EUA, sob a capa da OTAN, à margem do direito internacional, numa pura imposição da lei do mais forte. O ex-Presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio, não escondeu aos seus concidadãos que apoiar a intervenção no Kosovo “foi uma das coisas mais difíceis da minha vida”, porque “não há guerras santas”, porque “a guerra é sempre uma coisa horrível”. Dividida, não solidária, a União Europeia não tem sido capaz de honrar plenamente uma das suas promessas originárias mais meritórias (a de evitar guerras fratricidas na Europa) e não tem sido capaz de impor aos EUA o respeito pelo direito internacional (o conflito israelo-palestiniano é o caso mais dramático), abrindo caminho a “novos abusos, novas injustiças e novas desigualdades”. Como a realidade actual continua a evidenciar.

No plano interno, o défice de solidariedade revela-se, entre outros domínios, na incapacidade:

- de levar a sério o objetivo da *coesão económica e social* (a que a UE não afeta mais de 1/3 das verbas do seu orçamento, percentagem que ganha significado se lembrarmos que a Política Agrícola Comum, que favorece essencialmente os países mais ricos, absorve 47%);
- de avançar para um mínimo de *harmonização em matéria de políticas sociais* (neste âmbito, as deliberações continuam a ser tomadas por unanimidade);
- de estabelecer um mínimo de *harmonização fiscal*, nomeadamente no que toca ao imposto sobre as sociedades comerciais e à tributação da poupança e das mais-valias;
- de pôr de pé uma *política concertada de emprego*: promoção do pleno emprego, de combate ao desemprego e de protecção social aos desempregados;
- de dotar a União de um *orçamento* capaz de efeitos redistributivos relevantes e de alimentar políticas para enfrentar os efeitos dos chamados *choques externos* ou *choques assimétricos* (o orçamento da UE anda à roda de 1% do PIB comunitário...).

Esta desvalorização da solidariedade interna está bem patente na história exemplar do objetivo traído da *harmonização no sentido do progresso*, indispensável para se honrar a tão proclamada solidariedade europeia e para se construir a Europa como entidade política. Só mesmo o descaso pela solidariedade entre os povos da União justifica o tratamento dado aos países da Europa central e de leste (os últimos chegados à UE), aos quais não foram concedidos meios facilitadores da sua integração idênticos àqueles de que beneficiaram outros países, como Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda, apesar de se apresentarem com um rendimento médio *per capita* inferior a metade do rendimento médio da UE com quinze membros.

Esta mesma ausência de solidariedade está hoje à vista de toda a gente. Os países mais fracos da cadeia dos que integram a zona euro (Grécia, Irlanda e Portugal), vítimas da especulação desencadeada sobre a moeda única pelos especuladores (agora chamados “mercados”), estão a pagar, sozinhos (em especial os seus trabalhadores), os custos da crise do euro.

Como se vem tornando cada vez mais claro, esta é, na sua face mais visível, uma crise da generalidade dos bancos europeus, que, como em outras partes do mundo capitalista, não confiam uns nos outros (por isso o mercado interbancário deixou de funcionar), o que quer dizer que eles só encontram financiamento junto do BCE, que lhes empresta dinheiro a uma taxa próxima de 1%, dinheiro que eles emprestam depois aos estados em dificuldades a taxas que já ultrapassaram os 15%. O Diretor-Geral do FMI dizia em meados de Maio/2011 que o principal problema da Europa é a sub-capitalização dos seus bancos, que precisam de uma forte ajuda dos estados (naturalmente com dinheiro público cobrado aos trabalhadores e aos mais pobres).

No caso da Grécia e de Portugal, a União está a tratar-nos mais como criminosos que é preciso castigar exemplarmente do que como aliados que estão a ser atacado por serem mais fracos. Por mais estranho que pareça, os centros de comando da UE defenderam a cobrança de uma elevada taxa de juro a Portugal (que nós não conseguiremos pagar, ainda que dediquemos ao serviço da dívida tudo aquilo que produzirmos a mais em cada ano), opondo-se à proposta do FMI, que defendia uma taxa de juro mais baixa, que permitisse a Portugal alguma folga para financiar o crescimento da economia. Com amigos destes, não precisamos de inimigos...

A verdade é esta: mesmo para os habitantes dos países com maior contribuição líquida, o orçamento da UE absorve um montante à roda de 150 euros/habitante/ano, um valor mensal (12,5 euros) que é de certeza (muito) inferior ao montante da quota mensal paga pelos sócios da generalidade dos clubes de futebol das ligas principais dos países europeus. Como se vê, vale muito pouco a solidariedade europeia.

De todo o modo, os países dominantes no seio da UE estão apenas interessados em maximizar para as suas empresas os benefícios de um grande mercado aberto à concorrência do que no cumprimento da solidariedade, que serve apenas para enfeitar os discursos dos europeístas beatos.

Os países mais fracos ficam condenados a recorrer a práticas equiparáveis ao *dumping salarial*, ao *dumping social*, ao *dumping fiscal* e ao *dumping ambiental* como armas de concorrência, ao serviço dos interesses do grande capital, que joga com a *deslocalização de empresas* para tentar obter em outros países maiores vantagens salariais e fiscais (áreas onde os Tratados afastam qualquer ideia de harmonização).

Para poderem ser competitivos (i.é, para poderem assegurar gordíssimas taxas de lucro aos capitais estrangeiros que querem atrair), os governos desses países vão por certo condenar os seus trabalhadores a manter (ou a diminuir) os baixos níveis salariais e os baixos níveis de proteção social que hoje auferem e vão aceitar cobrar menos receitas (por abdicarem da cobrança dos impostos sobre os rendimentos do capital), ficando cada vez mais incapacitados para levar por diante políticas absolutamente indispensáveis de desenvolvimento económico e social.

9. - A matriz neoliberal da UE acentuou-se e ganhou densidade com a entrada em funcionamento da União Económica e Monetária (UEM) e do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), inspirados nos dogmas mais fundamentalistas do neoliberalismo dominante.

- Recordarei, em primeiro lugar, que o objetivo primordial do Banco Central Europeu (BCE), responsável pela *política monetária única* dos países que adoptaram o euro como moeda é o da *estabilidade dos preços*, a ele devendo ser sacrificados todos os outros objetivos de política económica, nomeadamente o crescimento económico, a promoção do pleno emprego e a luta contra o desemprego.

Cumpram-se a receita de Milton Friedman: combater a inflação como o terrorismo, não cedendo nem um milímetro; desvalorizar o problema do desemprego, porque o desemprego é sempre *desemprego voluntário*.

É esta fidelidade às propostas monetaristas mais radicais que justifica a classificação dos estatutos do BCE como “uma regressão política sem precedente histórico”. Por estas e outras razões, J.-P. Chevènement não hesita em afirmar: “a constitucionalização dos estatutos do BCE – peso bem as minhas palavras – é algo de verdadeiramente criminoso”.

- Recordarei, em segundo lugar, as exigências do PEC (débito público não superior a 3% do PIB; dívida pública não superior a 60% do PIB; inflação não superior, a médio prazo, a cerca de 2% ao ano), exigências que significam um regresso às concepções e políticas pré-keynesianas, que apostam na baixa dos salários reais para facilitar a solução das crises (que se espera resulte

da atuação livre das leis do mercado) e conduzem, por isso mesmo, ao prolongamento e ao aprofundamento das crises.

Compreende-se, deste modo, que o Prof. João Ferreira do Amaral, com justa razão, tenha classificado o PEC de “Pacto de Estagnação”. Por mais estranho que possa parecer, altos responsáveis da Comissão Europeia já lhe chamaram (em 2005) “estúpido e medieval”. Devem ter-se arrependido de ter ‘pecado’ deste modo contra os dogmas do neoliberalismo. Porque nada mudou: os guardiões do templo neoliberal não permitem que os dogmas sejam postos em causa, ainda que eles sejam *estúpidos e medievais*.

Todos sabemos que gato escaldado de água fria tem medo. Por isso se fugiu aos referendos (salvo na Irlanda) para fazer aprovar o Tratado de Lisboa. Pela minha parte, creio que não é por estes caminhos do autoritarismo e do paternalismo tecnocrático, à margem dos povos da Europa e contra os povos da Europa, assim esbulhados da sua soberania e da sua dignidade, que se constrói uma *nova Europa*, uma *Europa com futuro*.

• A liberdade de circulação de capitais é um dos dogmas intocáveis do neoliberalismo e uma ‘liberdade fundamental’ do capital. Pois bem. Da leitura dos Tratados resulta que, *para a realização dos objetivos da União*, os estados membros e a União atuarão de acordo com o princípio de uma *economia de mercado aberto e de livre concorrência*, no qual, é claro, *são proibidas todas as restrições aos movimentos de capitais*.

Parece claro que esta *economia de mercado aberto e de livre concorrência* representa o sentido último e autêntico da *economia social de mercado* de que se fala quando se enunciam os objetivos da União Europeia. Com efeito, o art. 3º TUE não deixa margem para dúvidas: no plano económico-social, o primeiro objetivo nele definido é o *estabelecimento de um mercado interno*, com *irrestrita liberdade de circulação de capitais*.

Neste sentido vêm trabalhando a União e os estados membros: pôr de pé uma *economia de mercado aberto e de livre concorrência*, o capitalismo puro e duro, como manda o catecismo neoliberal. E o art. 151º TSFUE não se esquece de lembrar que o desenvolvimento e a harmonização dos sistemas sociais hão-de resultar, fundamentalmente, do *funcionamento do mercado interno*, atenta a necessidade de manter a *capacidade concorrencial da economia* da União. O progresso e a harmonização no plano social não são, em si mesmos, objetivos elegíveis, porque daqui só podem resultar prejuízos para a “capacidade concorrencial da economia da União”.

10. - As consequências desta política são bem visíveis:

- taxas de crescimento muito baixas (à roda de 2%, em média, nos últimos trinta anos, uma quase estagnação quando comparamos com a taxa média de 4,8% registada ao longo dos *trinta anos gloriosos* – 1945-1975);
- desemprego acentuado (cerca de 10% no conjunto da UE, uns 30 milhões de desempregados), *de longa duração* para os jovens e para os desempregados com mais de 45 anos;

- redução do poder de compra dos salários e da parte do rendimento do trabalho no rendimento nacional;
- maior facilidade nos despedimentos; aumento das horas de trabalho; mais facilidades concedidas aos patrões quanto à mobilidade de horários e de locais de trabalho;
- recurso generalizado à prática da deslocalização de empresas e do *dumping* fiscal, social e salarial;
- redução dos níveis de proteção social, incluindo aos desempregados;
- aumento do trabalho sem direitos, do trabalho precário, do trabalho a tempo parcial (inferior ao horário de trabalho normal) e de outras *formas atípicas de trabalho* (trabalho intermitente e sazonal, trabalho contratado a agências de trabalho temporário, falsos ‘trabalhadores independentes’);
- aumento das desigualdades (desigualdades crescentes, com manchas de pobreza significativas, mesmo nos países mais ricos);
- aumento do número dos “pobres que trabalham” (aumento persistente a partir da década de 1980).

No âmbito do *Ano Europeu de Luta Contra a Pobreza* (2010), o Parlamento Europeu aprovou um Relatório em que se refere que cerca de 85 milhões de cidadãos da UE são afectados por situações de pobreza e de exclusão social e que mais de 19 milhões de trabalhadores europeus são considerados pobres (*pobres que trabalham*, em consequência das políticas que têm promovido o trabalho precário e os baixos salários).

À escala mundial, dados recentes da ONU revelam que os 2% dos mais ricos do mundo possuem mais de metade da riqueza mundial, cabendo à metade mais pobre dos habitantes do nosso planeta (os que vivem com dois dólares ou menos por dia) apenas 1% da riqueza global. E Robert Zoellick, Presidente do Banco Mundial, escrevia, em Outubro/2010: “Pela primeira vez na história, mais de mil milhões de pessoas deitam-se todas as noites com a barriga vazia”.¹

À escala europeia, um Grupo de Reflexão constituído no âmbito do Conselho Europeu e presidido por Felipe González concluiu recentemente que, “pela primeira vez na história recente da Europa, existe um temor generalizado de que as crianças de hoje terão uma situação menos confortável do que a geração dos seus pais”.

São questões importantes, estas. O agravamento das desigualdades sociais (fenómeno que surgiu com o capitalismo e tem sido confirmado ao longo da sua história) é algo que põe em causa a própria civilização, nomeadamente as condições de vida em democracia. Porque a pobreza (a outra face da desigualdade crescente) não significa apenas baixo nível de rendimento. Ela priva as pessoas de capacidades básicas essenciais para a preservação e afirmação da sua dignidade enquanto pessoas. Como ensina Amartya Sen, Doutor *Honoris Causa* da minha Universidade de Coimbra, “a privação

¹ Citação colhida em *Le Monde Diplomatique* (edição portuguesa), outubro/2010.

de liberdade económica, na forma se pobreza extrema pode tornar a pessoa pobre presa indefesa na violação de outros tipos de liberdade”.

Apesar da crise que entretanto se abateu sobre o capitalismo, não se vê que os dirigentes europeus mostrem qualquer preocupação em rever os fundamentos neoliberais do edifício europeu que construíram com as consequências que estão à vista.

- Continuam a defender o primado do combate à inflação (a ele sacrificando o combate ao desemprego, como manda o cânone neoliberal);
- continuam a defender o estatuto federal e neoliberal do BCE (a chamada *independência dos bancos centrais* foi, desde o início, uma das ideias fortes dos patriarcas do monetarismo);
- continuam a defender o velho mito das ‘finanças sãs’ (agora designadas *finanças sólidas*), tudo sacrificando para manter o déficit público dentro dos limites impostos pelo PEC;
- continuam fiéis à ‘modernidade’ das receitas pré-keynesianas, que condenam em absoluto o recurso à via monetária e ao *deficit financing* para o financiamento de despesas públicas (mesmo em tempo de crise);
- continuam a defender que a recessão se combate com políticas que provocam mais recessão e que o desemprego se combate com políticas que produzem mais desemprego, ao mesmo tempo que impõem a diminuição dos salários reais e dos direitos dos trabalhadores (incluindo os trabalhadores desempregados) e dos pensionistas.

11. - Na linguagem da Geografia Física, diria que esta ‘Europa’ é uma bacia hidrográfica em que todos os rios vão ter ao mesmo lago sem saída do neoliberalismo. Esta é a *Europa* construída com reconhecido *défice democrático*, quase sempre com base em conciliábulos entre ‘élites’, usando de reserva mental relativamente aos objetivos pretendidos, retirando à ponderação do voto popular as opções de fundo tomadas.

E é hoje inquestionável que esta ‘Europa’, erigida sob a invocação beata do *modelo social europeu*, acabou por se transformar, para os povos europeus, num verdadeiro “cavalo de Tróia da globalização neoliberal”. Lembrando o velho Brecht, apetece recordar que quem construiu esta *Tebas europeia* foram mesmo os *reis de Tebas*, não os *operários que constroem as cidades de todo o mundo*.

O mercado único impõe regras de concorrência comunitárias, do mesmo modo que é comunitária a política monetária, cuja definição e execução são confiadas ao Banco Central Europeu, uma *instituição federal* não sujeita ao controlo de quaisquer órgãos (nacionais ou comunitários) democraticamente legitimados pelo voto popular.

No entanto, apesar da ‘federalização’ de políticas tão importantes, os construtores desta *Europa do capital* nem querem ouvir falar de harmonização das políticas tributária, laboral e social. Há uns anos atrás, o Comissário Europeu responsável pelo pelouro da fiscalidade confessava a um jornal português não ser favorável à *harmonização tributária*, porque, num espaço em que vigora a livre circulação de capitais, harmonizar as taxas do imposto sobre os rendimentos do capital seria “acabar com a concorrência fiscal”, responsável, segundo ele, por “um melhor ambiente para os negócios”. Claro. Negócios *über alles!*

Com este enquadramento e num espaço económico unificado e dotado de uma moeda única, mas no qual coexistem níveis de desenvolvimento económico, científico, tecnológico, escolar e cultural muito diferentes, os países mais débeis (com empresários de baixa qualidade, com uma boa parte da população marcada pela iliteracia e com fraco nível de preparação profissional), incapazes de concorrer com armas iguais neste mercado único, têm enormes dificuldades na afirmação de objetivos próprios, em benefício dos seus povos.

A solução – que agrada ao grande capital e aos eurocratas – tem sido a de recorrer à *política de rendimentos*, i. é, à política do *arrocho salarial* (congelando e reduzindo os salários reais), à *política laboral* (facilitando os despedimentos, estimulando a precariedade do trabalho, dificultando a *contratação coletiva*, que se quer substituir por *acordos de empresa*, para dividir e isolar os trabalhadores e enfraquecer os sindicatos), e à *política social* (esvaziando o parco conteúdo do estado social desses países, diminuindo os direitos laborais e sociais dos trabalhadores, reduzindo os encargos patronais com a segurança social, aumentando o ‘preço’ dos serviços de ensino e de saúde, diminuindo as pensões de reforma).

A esta espécie de *dumping salarial* e de *dumping social* junta-se o *dumping fiscal*, que é, para os países mais pobres, o último instrumento de ‘concorrência’, o que sacrifica a sua própria soberania nacional, por obrigar os países que querem atrair investimento estrangeiro (e até o grande investimento nacional) a não cobrar impostos sobre os rendimentos do capital. Esta concorrência, alimentada pela política de deslocalização de empresas, é tudo menos uma *concorrência livre e não falseada*, mas é a concorrência de que gosta o grande capital.

É uma situação semelhante à dos bombistas-suicidas. Porque o recurso à ‘arma tributária’ obriga estes estados a abdicar do exercício da sua própria soberania e priva-os de obter receitas que lhes possam permitir realizar os investimentos indispensáveis para levar a cabo as reformas estruturais necessárias para promover a melhoria das condições de vida das populações (habitação social, ensino gratuito, saúde acessível a todos). E porque esses estados se condenam a si próprios a obter receitas públicas através dos impostos sobre os rendimentos do trabalho e dos impostos sobre o consumo, de efeitos consabidamente regressivos em matéria de justiça fiscal. Os trabalhadores (os pobres em geral) são os sacrificados desta política.

E o clima de crise permanente das finanças públicas criado pelo PEC (ao colocar acima de tudo o equilíbrio das contas públicas, a manutenção de uma taxa reduzida da dívida pública e a estabilidade dos preços) ajuda os agentes da ideologia dominante a fazer passar a mensagem de que é preciso diminuir a despesa do estado (nomeadamente o investimento público e as despesas sociais do estado com a saúde, a educação e a segurança social); é preciso reduzir o peso do estado na economia (privatização das empresas públicas, incluindo as que ocupam setores estratégicos, de soberania, e as prestadoras de serviços públicos) e é preciso (inevitável!) que todos aceitem sacrifícios (em especial os trabalhadores, que não podem continuar a beneficiar dos ‘privilégios’ que os tornam mais caros do que os trabalhadores da China, da Índia ou do Bangladesh).

Fragilizados os trabalhadores por força do reduzido (ou nulo) crescimento económico e pelo elevado nível de desemprego gerado pelas políticas pró-cíclicas impostas aos estados nacionais (salvo os que têm ‘estatuto’ suficiente para não cumprir o PEC...), o ambiente fica mais favorável

para que os governos possam impor mercados de trabalho mais flexíveis, segurança social menos protetora, trabalho mais precário, salários mais baixos, horários de trabalho mais dilatados, mais fácil deslocalização de empresas, a par de facilidades e de apoios financeiros acrescidos ao grande capital apátrida, que beneficia do regime de livre circulação de capitais no espaço europeu e que vê os lucros aumentar à medida que diminuem os salários e os direitos dos trabalhadores.

12. - Alguém falou, a propósito da chamada constituição europeia, de “golpe de estado ideológico”. Creio que o Tratado de Lisboa justifica o mesmo epíteto. Porque continua a acolher todo o catecismo neoliberal, na sequência de um processo decisório de que se quiseram afastar, deliberadamente, os povos da Europa. E porque ele pôs termo à União Europeia enquanto *comunidade de estados iguais e soberanos*. Os países mais débeis, entre os quais Portugal, foram reduzidos ao estatuto de *meras regiões administrativas da Europa*, uma Europa algo mais ‘federalizada’ e ‘apropriada’ pelas grandes potências.

Pouco depois do referendo na França sobre a Constituição Europeia, o Presidente Chirac pronunciou-se publicamente dizendo que “os cidadãos dizem não à Europa porque recusam a Europa como ela é”. E porque esta Europa – acrescento eu -, em vez de se assumir também como uma *Europa dos cidadãos*, tem sido construída *sem os cidadãos, desprezando os cidadãos*, ou mesmo *contra os cidadãos*. Pateticamente, um antigo ministro de Mitterrand e ex-Diretor Geral do FMI, Dominique Strauss-Kahn, defendeu o SIM à Constituição Europeia com este argumento: “Fizemos a Europa, agora é preciso fazer os europeus”. E a rejeição da ‘Constituição Europeia’ – acrescentava ele - *atrasaria dez anos a construção do povo europeu*. Grave equívoco este, de alguém que parece assumir-se como se fosse um deus criador do mundo, de alguém que pensa ser possível ‘produzir europeus’ como quem produz armas ou sabonetes.

O problema é que, sem europeus, não há Europa nenhuma. E a verdade é que, até agora, os processos de decisão das instituições comunitárias pecam por falta de transparência e apresentam-se, recorrentemente, marcados por atitudes de reserva mental relativamente às motivações e aos objetivos dos passos dados. Afastados da participação direta nas decisões em que assenta o edifício europeu, os cidadãos dos países da UE não se revêm nesta *Europa do capital*, por saberem que não foram ouvidos nem sobre as decisões com incidência direta no seu dia a dia, nem, sobretudo, sobre as decisões relevantes para o seu futuro individual e coletivo.

Em carta pública (*Unidos pela Europa*) dirigida aos povos da Europa (Julho/2005), a seguir à rejeição da Constituição Europeia, sete Chefes de Estado de países da UE (Alemanha, Áustria, Finlândia, Itália, Letónia, Polónia e Portugal) deixaram a este respeito uma nota de otimismo, ao sustentarem que a Europa “será capaz de modelar as forças da globalização e de a dotar de uma dinâmica social”. Segundo estes altos responsáveis políticos, em vez de se sujeitar fatalisticamente ao *modelo único* que alguns querem impor ao mundo, a Europa tem de ser capaz de propor um modelo (diferente) para o mundo inteiro.

Quero partilhar com eles este otimismo. Os europeus e o mundo inteiro precisam de uma outra Europa, uma Europa solidária, que coloque as pessoas de carne e osso no centro das suas preocupações

e das suas políticas. Uma Europa (e um mundo) em que o mercado não substitua a política, a concorrência não substitua a cidadania, a eficiência e a competitividade não substituam o direito e a justiça. Para tanto, é imperioso que a União Europeia se assuma, seriamente, como uma comunidade de estados soberanos e iguais, uma comunidade de povos e de culturas, uma comunidade de afetos, coesa e solidária, uma comunidade de valores democráticos, acima de tudo fiel a um dos objetivos estratégicos iniciais, uma comunidade de paz, uma comunidade promotora da paz, através do combate ao subdesenvolvimento, ao racismo, à xenofobia, à pobreza, à exclusão social.

Não está fácil construir esta Europa, que até agora tem seguido uma rota inversa. Mas não temos outro caminho: é preciso construí-la. A ‘Europa’ actual, filha do neoliberalismo, está toda errada. É preciso passá-la a limpo.

II

1. – Os trinta anos imediatamente posteriores a 1945 proporcionaram, em especial na Europa e nos EUA, taxas de crescimento económico relativamente elevadas e níveis aceitáveis de desemprego sem pressões inflacionistas preocupantes. Estes resultados, associados às políticas de inspiração keynesiana, convenceram alguns de que a ciência tinha descoberto a ‘cura’ para os “vícios” que Keynes atribuíra ao capitalismo, tendo este chegado à fase do *capitalismo post-cíclico*, ou *capitalismo sem crises*.

Desfeita a miragem no início da década de 70 do século XX, o triunfo da “contra-revolução monetarista” e dos dogmas neoliberais significou, a este respeito, o regresso a concepções sobre a economia e sobre o papel do estado que, depois de Keynes, se julgavam definitivamente mortas e enterradas.

O ‘estado keynesiano’ e as políticas keynesianas foram colocados no banco dos réus, culpados de todos os males do mundo, considerados estes como “as consequências económicas de Lord Keynes”, para usar uma expressão de Hayek, parafraseando o título de um célebre opúsculo de Keynes.

Após o desmantelamento da União Soviética e da comunidade socialista, os neoliberais de todos os matizes convenceram-se, mais uma vez, de que o capitalismo tinha garantida a eternidade, podendo regressar impunemente ao ‘modelo’ puro e duro do século XVIII e permitindo ao capital todas as liberdades, ainda que à custa da liberdade e da dignidade daqueles que vivem do seu trabalho.

Reinventado o *estado mínimo*, o estado capitalista – ao contrário do que muitas vezes se afirma – não saiu de cena. Ele aí está, afirmando cada vez com mais violência a sua natureza de *estado de classe*, munido de outras armas para cumprir o seu papel nas condições históricas das últimas três ou quatro décadas, porque o neoliberalismo e a *política de globalização neoliberal* não dispensam o seu estado.

Anti-keynesiano, apostou na privatização do setor público empresarial; na destruição do estado-providência; na garantia do império do capital financeiro; na plena liberdade de circulação de capitais; na independência dos bancos centrais; na liberdade da ‘indústria’ dos ‘produtos’ financeiros,

criados em profusão, sem qualquer relação com a economia real, apenas para alimentar os jogos de azar jogados nas bolsas-casinos; na desregulamentação dos mercados; na redução dos direitos dos trabalhadores, em nome de uma pretensa competitividade; na flexibilização e desumanização do Direito do Trabalho (transformado em *direito das empresas* ou *direito dos empresários* e negado na sua característica histórica de *direito dos trabalhadores*, inspirado no princípio do *favor laboratoris*).

Foi o reino do *deus-mercado*, foi a vitória do *capitalismo de casino*, foi a assunção (sem disfarce) do capitalismo como a *civilização das desigualdades*. Foi o reino do *pensamento único*, com os perigos inerentes do *fascismo amigável* e do *fascismo de mercado*, de que falavam, já no início dos anos 1980, Bertram Gross e Paul Samuelson.

2. - Um dos elementos caracterizadores da *política de globalização neoliberal* - segundo alguns o fundamental - é o domínio do capital financeiro, justificando perfeitamente o epíteto de *capitalismo de casino*, que Susan Strange inventou para caracterizar o capitalismo das últimas décadas.

O *processo de globalização financeira* assume, a este respeito, uma importância fundamental, traduzindo-se, em última instância, na criação de um *mercado único de capitais* à escala mundial e na consagração do *princípio da liberdade de circulação de capitais*, o que permite aos grandes conglomerados transnacionais colocar o seu dinheiro e pedir dinheiro emprestado em qualquer parte do mundo.

A desintermediação, a descompartimentação e a desregulamentação são as três características essenciais deste processo.

3. - Os membros do chamado G7 desempenharam, nesta matéria, um papel decisivo, ao imporem a todo o mundo a lógica 'libertária' no que toca aos movimentos de capitais. O FMI (controlado, de facto, desde há muito, pelas grandes potências capitalistas, e, em particular, pelos EUA) foi o instrumento escolhido para, em nome da chamada 'comunidade internacional', executar esta missão. A partir da década de 70 do século XX, sempre que um país recorre aos serviços do FMI, este condiciona o apoio pretendido à aceitação, pelo país em dificuldades, dos princípios da *livre convertibilidade da moeda* e da *livre circulação internacional de capitais*.

Esta 'liberdade' tem permitido uma enorme aceleração da mobilidade geográfica dos capitais, facilitando a acção predadora dos grandes operadores financeiros que jogam na especulação e transformando muitos países em 'reserva de caça', à mercê da chantagem da retirada dos capitais para países mais 'atrativos'. Vários destes países já nem ousam tributar os rendimentos do capital, engordando, também por esta via, os escandalosos super-lucros dos especuladores.

4. - Os factos dão razão ao velho Keynes, que, há mais de 50 anos, advertia para os perigos de paralisação da actividade produtiva em consequência do aumento da importância dos mercados financeiros e da finança especulativa.

Talvez por isso a ideologia dominante se tenha apressado a decretar a "morte de Keynes" e a construir o império neoliberal. Desmantelada a regulamentação da atividade bancária e financeira, o

capital financeiro ficou à rédea solta, tutelado por uma *regulação amiga* e cúmplice, tendo dominado a seu bel-prazer, durante as últimas quatro décadas, travestido de “os mercados”, toda a economia mundial.

A liberdade concedida aos especuladores deu origem à *economia de casino*, divorciada da economia real e da vida das pessoas comuns. O resultado é o que seria de esperar: grande instabilidade das taxas de juro e das taxas de câmbio; turbulência nas bolsas de valores e nos mercados de câmbios; crises recorrentes nas economias de vários países.

A especulação acentuou a *instabilidade* e a *incerteza*, o que significa um agravamento dos custos de funcionamento da economia. Em contrapartida, os grandes especuladores acumulam enormes ganhos de capital. Por outro lado, só os grandes conglomerados transnacionais têm beneficiado com a baixa dos custos do financiamento direto, porque só eles têm acesso à utilização plena dos novos instrumentos financeiros. À margem dos ganhos do ‘mercado livre’ têm ficado as pequenas e médias empresas (que constituem, na generalidade dos países, a base da estrutura produtiva e do emprego) e têm ficado também os países mais fracos e menos desenvolvidos, muitos deles enleados na teia infernal da dívida externa, uma espécie de ‘prisão perpétua por dívidas’.

A aceleração do *processo de inovação financeira*, nomeadamente o desenvolvimento dos mercados de *produtos derivados* só veio acentuar os perigos referidos. Criados como instrumentos de gestão dos riscos inerentes à instabilidade das taxas de juro e das taxas de câmbio, estes novos ‘produtos financeiros’ tornaram-se rapidamente, dada a pequena percentagem do capital investido em relação aos ganhos possíveis, o objeto preferido da atividade especulativa e um novo e poderoso factor de instabilidade dos mercados financeiros.

- O recurso abusivo à emissão e comercialização destes *produtos financeiros derivados* conduziu rapidamente à manipulação dos ‘mercados’, através da emissão e negociação de ‘produtos’ criados não para cumprir qualquer função de cobertura ou compensação de riscos mas apenas para alimentar as ‘apostas’ na bolsa, o grande casino do capital financeiro.

Chamam-lhe *produtos* para criar a ilusão de que resultam de uma qualquer ‘indústria’ (também se fala da *indústria bancária...*) ou de outra actividade produtiva, mas essa é, a todas as luzes, uma designação falsa, enganadora e não inocente.

Os contornos e os riscos que esses ‘produtos’ incorporam nem sempre são facilmente identificáveis, mesmo pelos habituais frequentadores deste ‘casino’ (como os bancos), que compram muitas vezes ‘produtos financeiros’ tão esotéricos que não sabem o que estão a comprar.

- Para além dos riscos inerentes à proliferação dos produtos derivados, a *liberalização dos movimentos de capitais*, ao serviço do objetivo de criar um *mercado único de capitais à escala mundial*, arrastou consigo um conjunto de alterações que vieram potenciar fortemente a ameaça de risco sistémico.

Os mais reputados especialistas têm alertado para os perigos deste *risco sistémico* inerente à disseminação dos *produtos financeiros derivados*, no quadro de um mercado financeiro único de dimensões planetárias, onde impera a *plena liberdade de circulação de capitais*. À semelhança do

que a teoria refere para os mercados de oligopólio, também neste mercado financeiro global os operadores tendem a actuar em função daquilo que eles pensam que será o comportamento dos demais operadores. A turbulência causada pela especulação em um dado país ou região tende a propagar-se a todo o sistema financeiro mundial graças ao *comportamento mimético* dos grandes especuladores.

O *risco sistémico* é, assim, o *risco global* de desmoronamento do sistema financeiro à escala mundial. A consciência disto mesmo é que dá sentido à tese dos que entendem que tais 'produtos' ameaçam transformar-se em "armas de destruição maciça".

- Com efeito, a internacionalização dos mercados de valores mobiliários veio colocar em rede mercados muito diferentes, cada um com as suas regras de funcionamento e os seus riscos específicos, abrindo caminho à *propagação contagiosa dos factores de risco*.

- Por outro lado, a ausência de controlo dos mercados financeiros e dos movimentos de capitais pelos estados nacionais (amputados dos poderes de soberania que tal controlo exige) provocou uma onda sem precedentes de concentrações, de fusões e de aquisições de empresas financeiras. E estas provocaram a redução acentuada do número de bancos, a concentração nos maiores deles da parte de leão dos depósitos bancários e a preponderância dos grandes bancos nas operações de fusão e aquisição de empresas do setor financeiro.

E este fenómeno, para além de acentuar a supremacia do capital financeiro sobre o capital produtivo, veio facilitar o contágio dos riscos entre os vários componentes do mesmo grupo, propiciando a convergência e a acumulação do risco em um núcleo mais restrito de centros de decisão.

- Igualmente relevantes, para a problemática que vimos analisando, são as consequências da desregulamentação da actividade bancária, da actividade seguradora e das actividades que decorrem nos mercados de valores mobiliários.

A onda da desregulamentação terá começado com a abolição das restrições à definição e exploração das rotas da aviação comercial, obra da Administração Carter, nos EUA. A seguir, um verdadeiro *tsunami* desregulamentador atingiu outros setores da actividade económica, entre os quais as telecomunicações, os *media* e os serviços financeiros

- Durante a Administração Clinton, os *bancos comerciais* e os *bancos de investimento* (obrigatoriamente separados por força de legislação promulgada na sequência da Grande Depressão) foram autorizados a juntar-se, dando origem a poderosíssimos *supermercados de serviços financeiros*. O 'engenheiro' desta operação, na Secretaria do Tesouro, foi Lawrence Summers, que é hoje o principal conselheiro económico de Obama.

O chamado *princípio da banca universal* veio permitir aos bancos alargar a sua actividade para além das áreas tradicionais do 'comércio bancário', tendo-se multiplicado os *produtos mistos* (*bancassurance*, v.g.) e tendo-se verificado uma *integração crescente dos vários mercados financeiros* (banca, seguros, moedas e títulos).²

² Conscientes dos perigos destas políticas, alguns especialistas têm vindo a advogar a vantagem de instituir de novo a *separação rigorosa entre bancos comerciais e bancos de investimento*, para impedir que estes últimos recebam

O desenvolvimento acelerado de poderosos *conglomerados financeiros* veio aumentar o poder destes gigantes (incluindo o seu ‘poder político’) e veio tornar muito mais complexas e difíceis as atividades de regulação e de supervisão de cada um dos setores de atividade financeira, o que constitui mais um fator a potenciar o risco sistémico.

5. - As crises recorrentes das últimas décadas, com início no *crash* da bolsa de Nova York em 1967, foram claros anúncios da crise atual.

5.1. - Um primeiro sinal da crise estrutural do capitalismo foi a rotura unilateral dos Acordos de Bretton Woods por parte dos EUA (Agosto/1971) e a chamada crise do petróleo, entre 1973 e 1975, à qual se seguiria uma outra ‘crise do petróleo’ em 1978-1980. Estes dois episódios, no início e no fim da década de 1970, anunciaram o esgotamento do keynesianismo, apanhado de surpresa pelo aparecimento da *estagflação*, estranho fenómeno que, contrariando o modelo histórico das crises do capitalismo, mostrava que taxas de crescimento próximas de zero (ou mesmo negativas) e níveis elevados de desemprego podiam coexistir com taxas elevadas e crescentes de inflação.

No rescaldo das dificuldades da primeira metade da década de 1970 que acabamos de sintetizar, o *consenso keynesiano* foi substituído pelo chamado *Consenso de Washington*, o consenso entre os EUA e as agências internacionais relacionadas com a economia (FMI, Banco Mundial e GATT/OMC), que muitos autores interpretam como uma tentativa de contrariar a *tendência para a baixa da taxa de lucro*, que se vinha observando nos países capitalistas desenvolvidos desde os anos 1960 e que agora ficara a descoberto.

Para o dizer em termos sintéticos, trata-se de um ‘consenso’ entre os senhores do capital financeiro no sentido de impor ao mundo o catecismo monetarista e neoliberal: a liberdade plena de circulação de capitais; a desregulamentação dos mercados de capitais, incluindo o mercado de divisas; o combate prioritário à inflação e a desvalorização das políticas de combate ao desemprego e de promoção do emprego; a flexibilização do mercado de trabalho e a contenção ou redução dos salários reais (facilitadas pela *prática da deslocalização de empresas*, prática particularmente atraente neste tempo de *mundialização do mercado de trabalho*, que alargou enormemente o *exército industrial de reserva*); a privatização das empresas públicas, incluindo as que produzem e fornecem *serviços públicos*; a adoção de políticas tributárias favoráveis aos muito ricos e às grandes empresas; a rejeição de qualquer ideia de equidade e de quaisquer políticas de redistribuição do rendimento.

A *reaganomics* nos EUA e o *thatcherismo* no Reino Unido marcam, a partir de 1979, o início deste novo ciclo, em que a ideologia neoliberal se confirmou como a ideologia dominante,

depósitos que vão ‘investir’ em actividades especulativas, invocando depois os interesses dos depositantes (que eles desprezaram) para justificar a intervenção salvadora do estado, ‘socializando’ as dívidas contraídas nos jogos de bolsa. As mesmas preocupações ditam a sugestão de outros autores no sentido de separar claramente a *função bancária* da *função seguradora*, impedindo os bancos de exercer actividades próprias das empresas seguradoras. Mas não há sinais de que os políticos estejam a pensar nestas coisas. A plena *liberdade de acção do capital* é o valor supremo a acautelar.

a ideologia das classes dominantes (talvez mesmo a ideologia do setor dominante das classes dominantes: o sector financeiro).

Por meados dos anos 1980, as grandes linhas da ideologia neoliberal começaram a dominar o pensamento e a ação dos partidos socialistas e sociais-democratas, sobretudo na Europa, talvez convencidos de que, nas condições da época, o respeito pelo deus mercado era uma condição de 'respeitabilidade' política. Os dogmas neoliberais ganharam novos crentes, que recorrentemente vêm defendendo a sua 'fé' com o inadmissível argumento de que *não há alternativa*.

A criação da UEM em Maastricht (1991), com a moeda única, o BCE e o PEC, é o ponto crítico da submissão da 'Europa' ao espírito do *Consenso de Washington*.

5.2. – Os momentos de crise sucederam-se a partir dos anos 1980: a crise dos países em desenvolvimento em 1982; a crise dos mercados de acções nos EUA em 1987; a crise (também nos EUA) dos mercados de obrigações de alto risco e das caixas económicas (*savings and loans*), em 1989/1990; a crise bancária dos países escandinavos no início da década de 1990; a crise que atravessou o Japão ao longo desta década; a crise do Sistema Monetário Europeu em 1992/93; em 1994, nova crise no mercado obrigacionista americano; ainda em 1994, a crise do peso mexicano ("a primeira grande crise dos mercados globalizados", segundo o então Director-Geral do FMI, Michel Camdessus); a crise das moedas asiáticas em 1997/98; a crise do rublo em 1998/99; a crise (2000-2002) que afectou a chamada 'nova economia' (a economia das novas tecnologias: biotecnologia, informática, computação, telecomunicações); a crise do real brasileiro em 1999; a grave crise financeira, económica, política e social da Argentina (2001/2002), por muitos considerada o maior desastre das receitas neoliberais impostas pelo FMI enquanto 'gestor de negócios' do grande capital financeiro internacional.

Em 1995, no rescaldo da crise que teve o peso mexicano como protagonista (crise que fez tremer o sistema financeiro dos EUA e, por reflexo, o sistema financeiro de todo o mundo capitalista), Michel Camdessus escreveu que o mundo é dominado por um poder político sem controlo, à mercê de uma "classe composta por agentes globais que manipulam divisas e acções e dirigem um fluxo de capital de investimento livre, fluxo esse que todos os dias se torna mais importante, praticamente ao abrigo de todos os controlos estaduais". Referindo-se a estes especuladores profissionais, Camdessus não hesitou em afirmar, sem qualquer cerimónia, que "o mundo está nas mãos *destes tipos*". E John Major, então Primeiro-Ministro de Sua Majestade britânica, observava que o jogo dos especuladores assume "dimensões que o colocam fora de qualquer controlo dos governos e das instituições internacionais". O Primeiro-Ministro italiano, Lamberto Dini, proclamava que "não se pode permitir que os *mercados* minem a política económica de todo um país". Mais radical foi o Presidente francês Jacques Chirac (Outubro/1995): os especuladores são a "a *sida* [*aids*] da economia mundial".

6. - Apesar deste alarme dos criadores perante o comportamento das suas próprias criaturas, a verdade é que nada foi feito para pôr cobro a esta vertigem libertária, nem sequer com o pretexto

de salvar a economia mundial desta espécie de ‘sida’ [‘aids’] que vai diminuindo as suas resistências. Antes pelo contrário: continuam-se a proteger *os mesmos tipos*, defendendo com unhas e dentes os seus santuários, os *paraísos fiscais*, *paraísos bancários*, sobretudo, *paraísos judiciários*, justamente designados também por *estados bandidos*, que vivem à margem do direito e da justiça, sem lei, sem impostos, sem polícia, sem tribunais, pelos quais se estima que passem mais de 50% dos fluxos financeiros mundiais.

Estes *estados mafiosos* ou *estados bandidos* constituem o maior escândalo deste mundo da *globalização financeira*: trata-se de verdadeiras ‘reservas’ criadas por medida para garantir refúgio seguro, em nome da *liberdade* e do *mercado*, a capitais especulativos de todo o tipo, muitas vezes oriundos de (e promotores de) negócios escuros e criminosos. Neste mundo à margem da lei os ganhadores são precisamente os que não respeitam qualquer lei.

Por estes e outros canais passa diariamente o branqueamento de milhões e milhões de dólares provenientes do crime organizado, cujos lucros permitem corromper dirigentes e partidos políticos e também – ao que se diz – financiar o terrorismo internacional. Fazendo ironia, há quem defenda, por isso mesmo, que os traficantes de droga foram os verdadeiros pioneiros da moderna globalização.

Num Colóquio realizado em Paris, em finais de 2008, por iniciativa do Governo francês no âmbito da luta contra a droga e a toxicodependência, vieram a lume informações impressionantes: o volume anual dos negócios de traficantes de droga a nível mundial representa entre 200 mil e 500 mil milhões de euros; só as máfias italianas investem na economia europeia 100 mil milhões de euros por ano, dinheiro sujo lavadinho pelo sistema bancário internacional, com particular destaque para os bancos suíços, luxemburgueses e de Monte Carlo. Estes números ajudam a compreender porque se protege tão ciosamente a ‘soberania’ destes ‘estados nacionais’, cujo negócio é *vender soberania*, negócio em que está comprometida a fina flor do capital financeiro e as estruturas do poder político ao seu serviço.

Nenhum argumento sério pode invocar-se para justificar os *paraísos fiscais*, que a generalidade dos especialistas associa à evasão e à fraude fiscais, ao crime organizado e à lavagem de dinheiro. Dão que pensar estas palavras de um jornalista português, de orientação liberal, escritas quando, após os ataques às torres gémeas de Nova York, G. W. Bush, ainda tremendo de medo, anunciava o início de uma luta sem quartel contra o crime organizado e contra o terrorismo internacional: “Será na determinação de pôr fim aos *off-shores* que teremos a prova real quanto à vontade política de combater o terrorismo e os seus aliados. Por aí, mais do que por acções militares, se verá se a campanha antiterrorista é mesmo a sério”. Pelo que se vê, temos de concluir que não é a sério... A sério são as guerras pelo controlo dos centros produtores de petróleo e de matérias-primas estratégicas.

7. – A ‘guerra’ entre os grandes colossos que operam no setor produtivo em mercados cada vez mais alargados e mais ‘monopolizados’ (oligopolizados) tem agravado as dificuldades de obter taxas de lucro atrativas no setor não-financeiro, que vem laborando com uma percentagem significativa de *capacidade ociosa*.

Por outro lado, as empresas não-financeiras tornaram-se cada vez mais dependentes dos financiamentos concedidos pelas instituições financeiras, que têm conseguido impor taxas de

juro reais consideravelmente elevadas. E este tem sido mais um fator a provocar o aumento das dificuldades de obtenção de taxas de lucro 'interessantes' na atividade produtiva, cujas empresas vêm apresentando níveis crescentes de endividamento e um peso crescente (às vezes insuportável) dos encargos financeiros nos custos de funcionamento.

Com a consolidação da "contra-revolução monetarista" (anos 80 do século XX), ganhou importância relevante um dos aspetos da *financeirização* das economias capitalistas, que se vinha manifestando desde finais da década de 1960: o aumento acentuado do peso da participação dos *investidores institucionais* (bancos, companhias de seguros, fundos de investimento e fundos de pensões) no capital acionista das sociedades cotadas em bolsa, aspeto a que se junta este outro: a dimensão das carteiras de títulos geridas, em nome dos seus clientes, por outros tipos de instituições financeiras.³

Esta *financeirização* arrastou consigo a mudança de comportamento dos 'investidores' em ações. Nos anos 1950, a regra era ainda a de que a propriedade destes ativos era mantida, nas mesmas pessoas (famílias), durante longos períodos. Atualmente, nos EUA, as ações mantêm-se na titularidade do mesmo 'investidor', em média, por um período que não vai além de um ano. E as transações de ações em bolsa, que representavam cerca de 18% do capital cotado em bolsa até finais de 1968, estabilizou à roda dos 20% na década de 1970, mas atingiu 102% em 2000, prática que só pode ter-se acentuado desde então (os resultados dos *jogos de bolsa* são dos mais difundidos pelas televisões e órgãos de imprensa de todo o mundo, a par dos resultados dos jogos de futebol).

E provocou também uma nova lógica de atuação das grandes sociedades cotadas em bolsa e dos seus administradores. E tudo isto está na base da espiral de especulação bolsista que é a essência do *capitalismo de casino*.

À luz do que fica dito, compreende-se que as perspetivas sobre a vida e o êxito das empresas a longo prazo deixaram de interessar a estes acionistas-investidores-especuladores (que são tudo menos empresários dignos desse nome). O negócio deles é o *jogo nas bolsas-casino*. A sua preocupação fundamental é a de garantir a valorização do capital acionista a curto prazo, mesmo que tal implique o sacrifício da saúde económica das empresas do setor produtivo, assim transformadas em meras fichas dos jogos de casino.

O papel atribuído pelos 'donos' aos gestores profissionais das sociedades cotadas em bolsa passou a ser o de garantir elevados rendimentos financeiros a curto prazo e de distribuir pelos acionistas-investidores o máximo lucro em cada exercício. Este é o combustível que faz andar as engrenagens da máquina montada para conseguir ganhos fáceis e elevados nas bolsas-casino.

Em certas condições, tais resultados só são possíveis através do recurso à fraude sistemática e em grande escala através da falsificação dos balanços e da difusão de informação viciada, práticas criminosas que estiveram na ordem do dia no último quarto de século, dando origem (quando

³ Tomando o exemplo dos EUA, os particulares detinham, nos anos 1950, cerca de 90% das ações cotadas em bolsa. No final dos anos 70, essa percentagem baixou para 59% e em 2000 era apenas de 42%. O resto das ações pertencia aos referidos *investidores institucionais*, que respondiam por cerca de 3/4 das transações em bolsa. Cfr. J. CROTTY, *ob. cit.*, 274.

conhecidas...) a enormes escândalos (para quem ainda se ‘escandaliza’, por esperar outra coisa de tal sistema...). Tais ‘escândalos’ vieram desfazer o mito da transparência, da racionalidade e da eficiência dos mercados financeiros regulados e comprometeram gravemente a honorabilidade das mais ‘distintas’ empresas de contabilidade e de consultadoria financeira e as ‘sagradas’ agências de *rating*, todas elas comprometidas até à medula com as instituições financeiras e com os gestores das grandes empresas neste jogo de falsidades.⁴

Estes últimos passaram a ter interesse direto na instrumentalização das empresas que gerem aos interesses dos especuladores, entre os quais se incluem. Com efeito, eles são pagos em função dos resultados obtidos no cumprimento das metas fixadas pelos grandes acionistas-investidores-especuladores, maximizando os ganhos financeiros a curto prazo. E são pagos (ordenados e prémios), em grande parte, mediante a entrega de ações das sociedades que administram.⁵

Como grandes acionistas-investidores-especuladores, os *top managers* (que há alguns anos atrás a doutrina dominante garantia não servirem a lógica do capital, gerindo as *empresas dotadas de alma* como verdadeiros *servidores do interesse público*) apostam agora, por todos os meios (incluindo as práticas criminosas) na obtenção de ganhos de capital a curto prazo, associados à especulação bolsista. E o estado ajuda, tornando o ‘jogo’ mais atraente: as mais-valias ganhas na bolsa ou não são tributadas ou pagam impostos muito inferiores aos que incidem sobre os lucros da atividade produtiva.

Envolvidas nesta teia de interesses especulativos, as empresas dos setores não-financeiros deixaram de se auto-financiar (com uma parte dos lucros não distribuídos), e, muitas vezes, são empurradas para situações de sobre-endividamento (o que aumenta a conta dos juros a pagar à banca) para que os seus gestores possam falsificar os balanços e manipular os ‘mercados’. E os lucros que distribuem prodigamente por acionistas (incluindo bancos e outras instituições financeiras) e gestores vão direitinhos para a especulação financeira (preferencialmente em *paraísos fiscais*, para manter o ‘segredo dos negócios’ e fugir ao fisco). À escala mundial, é este também o destino de excedentes de capital que não encontram no setor produtivo oportunidades de investimento tão lucrativo como a especulação financeira.

O capital financeiro descobriu um modo autónomo de ganhar dinheiro a curto prazo, sem as maçadas decorrentes das atividades produtivas. Assim se alimenta o processo de *financeirização*, a submissão do capital produtivo ao capital financeiro puramente especulativo. Toda a preferência aos ganhos de curto prazo, em prejuízo da ótica, da ‘planificação’ a médio e a longo prazos, sacrificando-se, em última instância, o investimento no investimento produtivo e na inovação, o que significa menor criação de riqueza (uma parte da qual vai alimentar os lucros da especulação, porque a especulação não cria riqueza nenhuma!) e menos emprego, e maior pressão para cortar nos custos salariais, na tentativa de compensar o aumento dos encargos financeiros das empresas.

4 Nos EUA, o Congresso, alertado para a situação, nada fez para pôr cobro à fraude, porque “as indústrias financeiras e de contabilidade estão entre os maiores contribuintes para as campanhas dos políticos de Washington, numa época em que as eleições são obscenamente caras” (J. CROTTY, *ob. cit.*, 276).

5 Segundo dados colhidos em J. CROTTY (*ob. cit.*, 274), os honorários dos *top managers* aumentaram, nos EUA, mais de 300% entre 1970 e 1999, período durante o qual a parte paga em ações da própria empresa passou de 22% para 63%.

8. - Entretanto, o processo de inovação financeira continuou a fazer o seu caminho, sem qualquer controlo.

A progressiva liberalização e desregulamentação dos mercados financeiros, juntamente com a absoluta liberdade de circulação de capitais, abriram de par em par as portas da especulação e a especulação ameaça afundar a economia, à escala mundial, como é próprio deste mundo 'globalizado'.

Os receios de uma crise financeira mundial já tinham chegado à reunião do G7 de Fevereiro/2007. No Relatório da *Comissão de Inquérito à Crise Financeira*, entregue ao Presidente Obama em Janeiro/2011, reconhece-se que houve sinais anunciadores da crise, mas que eles foram ignorados ou minimizados. O FED nada fez para impedir os bancos de conceder empréstimos de alto risco, deixando-os, irresponsavelmente, 'envenenar-se' com ativos tóxicos: "os reguladores tinham o poder necessário para proteger o sistema financeiro", mas "escolheram não o utilizar", diz o Relatório. Nele se denunciam as pressões das instituições financeiras sobre os decisores políticos e sobre as entidades reguladoras, feitas à custa de milhares de milhões de dólares pagos às sociedades de *lobbying* e pagos aos políticos para financiarem as suas campanhas eleitorais. A ação das agências de rating é igualmente apontada como um dos fatores essenciais da crise.⁶

Na referida reunião do G7 foi abordada a eventual necessidade de regulamentar a actividade dos chamados *hedge funds*, fundos de investimento puramente especulativos, inteiramente desregulados, que operam à escala mundial, muitas vezes com sede em *off-shores*, que escapam às regras da transparência e ao controlo das autoridades de supervisão, e que atuam com base em estratégias de investimento que buscam a máxima rentabilidade investindo em 'produtos' de alto risco, constituindo, por tudo isso, elementos fortemente desestabilizadores do sistema financeiro e propagadores de elevado potencial das crises financeiras.

Os mais avisados já então admitiam que o colapso de um deles poderia arrastar consigo uma crise mundial de grandes dimensões. Mas os 'donos' do 'casino' (com destaque para os EUA e o Reino Unido, que constituem o ninho acolhedor de cerca de dez mil *hedge funds*) opuseram-se a qualquer intervenção. A roleta continuou a rodar, até que a crise rebentou.

Ao serviço dos especuladores, Greenspan regozijava-se pelo facto de tais fundos "não estarem sujeitos a qualquer regulamentação pelo estado", defendendo que eles "continuem assim. (...) Os *hedge funds* ["vibrante setor trilionário, dominado por empresas americanas"] e os fundos de *private equity* parecem representar as finanças do futuro".⁷

Para que tal aconteça, Greenspan deixa a receita: "Qualquer restrição normativa às estratégias e às táticas de investimento dessas entidades limitaria a assunção de riscos, que é parte integrante da contribuição dos *hedge funds* para a economia global e, principalmente, para a economia dos Estados Unidos. Por que circunscrever o voo das abelhas polinizadoras de Wall Street?", pergunta ele.

6 Cfr. *Le Monde Diplomatique* (edição portuguesa), março/2011, 8.

7 Ver A. GREENSPAN, *A Era da Turbulência - Aventuras em um Novo Mundo*, trad. bras., Elsevier Editora, Campus, SP, 2008.

Pois bem. Hoje ninguém pode negar a pesada responsabilidade desta política no desencadear da grave *crise financeira* que anunciou e desencadeou a *crise económica* profunda e global que hoje se vive no mundo capitalista: a progressiva desregulamentação dos mercados financeiros, a liberdade absoluta de circulação de capitais à escala mundial e a deficiente (ou cúmplice) actuação das entidades reguladoras e das sociedades (privadas) de *rating* são alguns dos fatores que conduziram o ‘casino’ à bancarrota.

Esta crise veio tornar evidentes as consequências dramáticas do *capitalismo de casino*, da predominância do capital financeiro sobre o capital produtivo, do corte entre a especulação financeira e a economia real, pondo em xeque, de modo irrecusável, o pensamento neoliberal.

9. - Vieram alguns defender que esta é uma *crise do neoliberalismo*, querendo fazer passar a ideia de que *ela não é uma crise do capitalismo*. Como quem diz: o capitalismo não é para aqui chamado; o capitalismo não tem nada que ver com as crises. O que é preciso é abandonar o neoliberalismo, porque não há alternativa ao capitalismo, porque o capitalismo é eterno. Há mesmo quem queira esconjurar os fantasmas e assegure que *o neoliberalismo morreu* (tal como, acrescentam, o comunismo morreu há vinte anos).

Insinuem outros que, em boa verdade, a crise actual é uma espécie de *crise de costumes*, resultante da falta de ética do capital financeiro, patente na atuação desregrada e imoral de uns quantos gestores da alta finança.

A Chanceler alemã (jornais de 13.1.2009) chegou a explicar a crise como resultado de “excessos do mercado”, coisa que ninguém esperaria de uma instituição acima de toda a suspeita, tão *natural*, tão *espontânea*, tão *insubstituível*, tão *respeitável*, tão *infalível*.

Perante este diagnóstico, o remédio residiria em: transformar o mercado em algo que ela chamou “mercado económico-social” (estranha categoria teórica e triste destino para um mercado que se preze...); introduzir a ética no mercado; impor a moral nos negócios; regular o mercado para que este se porte bem e não volte a cometer excessos.

Resta saber se a ética e o mercado, a moral e os negócios, o mercado e a regulação não serão conceitos tão separados uns dos outros como o azeite da água.

10. - De muitos lados vem esta leitura: o que falhou foi a regulação e a supervisão.

É caso para perguntar: onde está a surpresa? O insuspeito Michel Rocard já tinha avisado (*Le Monde*, 19.6.2003) que “numa economia mundialmente aberta [esta economia dominada pelo capital financeiro especulador] *não há lugar para a regulação nem limites para a violência da concorrência*”. Lendo bem, o que Rocard quis dizer é que, em um mundo governado pelas políticas neoliberais, *não há lugar para a regulação*, e, por outro lado, *não há limites para a violência dos grandes conglomerados internacionais* (que substituíram o mercado e a concorrência).

Cabe ainda perguntar: amputada a soberania do estado desta função reguladora, poderá esperar-se que ela tenha êxito, uma vez confiada às tais *agências reguladoras ditas independentes*? A verdade é que foi sob o seu olhar cúmplice que o império do capital financeiro impôs a desregulamentação de toda a economia e, em especial, do setor financeiro, e conseguiu o que queria: a entrega dos chamados ‘merca-

dos' aos especuladores e a entrega das *empresas produtivas* e dos próprios *estados nacionais* aos “mercados”, isto é, aos especuladores, aos que constituem a *sida da economia mundial* (Jacques Chirac *dixit*).

A regulação e o estado regulador são filhos da ideologia neoliberal e das políticas nela inspiradas. O seu destino só poderia ser a desregulação e o estado pseudo-regulador (estado enganador). Está de acordo com a sua natureza...

O Sr. Alan Greenspan, o grande apóstolo da desregulação (que se define a si mesmo como “defensor ferrenho do livre funcionamento dos mercados”), sempre defendeu, como Presidente do FED, que quanto mais liberdade para o capital financeiro melhor para os negócios (e melhor para o mundo). Foi durante o seu consulado como ‘papá’ do mundo financeiro que foi revogada nos EUA uma lei do tempo do *New Deal* que proibia os bancos de ‘investir’ na bolsa, i. é, de jogar no casino. A onda liberalizadora e desreguladora abriu as portas do casino aos bancos, e estes, como jogadores compulsivos, queimaram no jogo, criminosamente, o dinheiro dos depositantes.

As suas responsabilidades foram-lhe recordadas numa Comissão do Congresso, perante a qual, já em plena crise, Greenspan prestou declarações. “O senhor – disse-lhe o Presidente da Comissão - tinha autoridade para evitar práticas irresponsáveis que conduziram à crise dos empréstimos *subprime*. Foi avisado por muita gente para atuar nesse sentido. Agora a nossa economia como um todo está a pagar o preço”.⁸

Na sequência do interrogatório, o Congressista insistiu: “O senhor acha que a sua ideologia o empurrou para tomar decisões que o senhor gostaria de não ter tomado?” “O senhor enganou-se?” Resposta de Greenspan: “Eu cometi um erro ao presumir que os interesses próprios de organizações, especificamente bancos e outras, eram tais que constituíam o modo mais capaz de proteger os seus próprios accionistas e as suas acções nas empresas (...) Na realidade, um pilar crítico da concorrência e do mercado livre quebrou. E penso que isso me chocou. Ainda não compreendi inteiramente porque é que isso aconteceu, e, obviamente, na medida em que eu veja claro o que aconteceu e porquê, eu mudarei os meus pontos de vista”.

Tentando concluir, o Presidente da Comissão interpelou Greenspan: “Por outras palavras, o senhor acha que a sua concepção do mundo, a sua ideologia, não era correta”? Ao que Greenspan respondeu: “Precisamente”. Mas não deixou de invocar que uma ideologia é, a seu ver, um quadro conceptual indispensável para lidar com a realidade e que, *para existir, precisamos de uma ideologia* (“To exist, you need an ideology”).

É um diálogo curioso e elucidativo, merecendo madura reflexão por todos aqueles que, à ‘esquerda’, em nome do pragmatismo, da ‘modernidade’, da ‘respeitabilidade’ como políticos capazes de bem gerir o capitalismo, vêm procurando apagar a ideologia (porque *não há alternativa...*), aceitando, como ‘comandos’ inevitáveis, os dogmas da ideologia neoliberal.

Como disse há pouco, há anos que os especialistas na matéria chamam a atenção dos responsáveis políticos para o perigo de os novos produtos financeiros, nomeadamente os *produtos derivados*, se transformarem em “armas de destruição maciça”. O ‘desregulador-mor’ não ignorava

⁸ As citações referentes a esta audiência foram retiradas de John CASSIDY, *How Markets Fail – The Logic of Economic Calamities*, Londres, Allen Lane/Penguin Books, 2009, 4-6.

estes estudos. Mas, como todos os grandes do mundo, há-de ter pensado que, nesta, como em todas as guerras, é o povo que morre e paga todos os sacrifícios...

Quando o 'negócio' faliu, chamaram o estado para os salvar, e o povo está a pagar a fatura. Só para salvar da falência as duas 'estrelas' do crédito hipotecário (a *Fannie Mae* e a *Freddie Mac*) o Governo norte-americano injectou dinheiro público no valor de 200 mil milhões de dólares (set/2008), substituindo dívida privada por dívida pública. A Administração de G. W. Bush, que sempre considerou a intervenção do estado na economia como uma das marcas do *império do mal*, acabaria por protagonizar a mais dispendiosa intervenção do estado na economia desde os anos trinta. As voltas que o mundo dá...

11. - Toda a construção liberal assenta na ideia de que o melhor dos mundos se atinge, graças à *mão invisível* inventada por Adam Smith, deixando funcionar o mercado para que a taxa de lucro possa crescer, e, com ela, o investimento, o crescimento económico e o bem-estar para todos.

Este otimismo dos clássicos ingleses acerca das possibilidades de crescimento sem limites e da consequente melhoria do bem-estar para todos vinha reforçada pela confiança na *Lei de Say* (as crises generalizadas de sobreprodução não são possíveis) e pela convicção de que, em virtude de leis naturais, os salários nunca poderiam, duradouramente, ultrapassar o valor correspondente ao *mínimo de subsistência*.

Este o enquadramento que justificava o *paraíso liberal* (o mesmo dos neoliberais dos nossos dias).

A verdade, porém, é que Maltuhs e depois Marx, cada um à sua maneira, vieram mostrar o que a vida confirmaria: as crises de sobreprodução são inerentes ao capitalismo. Perante a evidência da Grande Depressão, o próprio Keynes reconheceu que, nas sociedades capitalistas, as situações de pleno emprego são *raras e efémeras*.

Esta é, pois, mais uma crise do capitalismo, cujas causas últimas, indo além das bolhas especulativas e dos jogos de casino que tornaram a crise indisfarçável, radicam na própria essência do capitalismo e foram-se acentuando à medida que se iam consolidando os resultados da *mundialização feliz* de que falam os apóstolos da política de globalização neoliberal dominante.

12. - Segundo os cânones do pensamento liberal, a baixa dos salários reais é o elemento indispensável para tornar atrativa a contratação de trabalhadores desempregados e assim inverter o ciclo, abrindo o caminho para que, com base no funcionamento do mercado livre, se atinjam situações de reequilíbrio com pleno emprego em todos os setores da economia.

Compreende-se, por isso, que o objetivo último de todas as políticas de inspiração neoliberal tenha sido, ao longo das últimas quatro décadas, o de *baixar o nível dos salários reais*, na tentativa de parar a *baixa das taxas de lucro* que a crise de 1973-1975 evidenciara.

Num contexto de acentuado desenvolvimento científico e tecnológico (rapidamente incorporado na atividade produtiva) e consequente aumento da produtividade, tratava-se de fazer reverter os *ganhos da produtividade* em benefício do capital, impedindo os trabalhadores de beneficiar condignamente da riqueza que criavam.

A 'globalização' e, no quadro europeu, o alargamento da UE aos países da Europa central e de leste aumentaram enormemente o *exército industrial de reserva* em benefício das grandes empresas dos países liderantes à escala mundial e acentuaram a concorrência entre os trabalhadores. Há mesmo quem defenda que uma das principais consequências da mundialização neoliberal foi a emergência de um *mercado mundial do trabalho* no seio do qual concorrem directamente entre si, nos vários sectores de actividade económica, trabalhadores de todo o mundo, vivendo em países com graus de desenvolvimento económico e com sistemas sociais muito diferentes, apresentando uma amplitude do leque salarial entre um e 50 ou mais.

Nestas condições particularmente favoráveis ao capital, o referido objetivo foi plenamente conseguido. O aumento da parte do capital na partilha do valor criado pelo trabalho produtivo atingiu mesmo proporções escandalosas. A distorção, em favor do capital, da chamada *distribuição funcional do rendimento* significa o agravamento da exploração e o empobrecimento relativo (e mesmo absoluto) da grande massa dos trabalhadores, tanto nos chamados 'países ricos' como nos ditos 'países pobres'.

Mesmo na rica UE, considerando *pobres* aqueles que auferem rendimento inferior a 60% do salário médio do país onde vivem, 80 milhões de pessoas vivem abaixo do limiar da pobreza, incluindo 19 milhões de crianças; cerca de 17% dos europeus não têm recursos suficientes para satisfazer as suas necessidades básicas (dados da Comissão Europeia referentes a 2010). Em finais de 2009, a Inglaterra estava "perante o risco de regressar a níveis de pobreza idênticos aos da era vitoriana". De então para cá, a situação só pode ter piorado...

Alguém tão insuspeito como Alan Greenspan confessava, em finais de 2007, que "a parte dos salários no rendimento nacional nos EUA e em outros países desenvolvidos atingiu um nível excepcionalmente baixo segundo os padrões históricos, ao invés da produtividade, que vem crescendo sem cessar." E não escondeu a sua preocupação, pela enorme "desproporção entre fracos níveis salariais e lucros historicamente muito elevados".

Um documento de trabalho apresentado na reunião de Julho de 2010 do Banco de Pagamentos Internacionais faz uma longa análise crítica deste mesmo fenómeno: "A parte dos lucros é hoje invulgarmente elevada, e a parte dos salários invulgarmente baixa. De facto, a dimensão desta evolução e o leque dos países a que diz respeito não têm precedentes nos últimos 45 anos".

Todos os relatórios da OIT confirmam esta realidade, válida para o conjunto da UE e à escala mundial: calcula-se que, nos últimos dez anos, a produtividade aumentou cerca de 30%, enquanto o aumento dos salários não foi além de 18%. Esta partilha desigual dos ganhos de produtividade dá lucros (e muitos) a curto prazo aos que "vivem do lucro" (para usar a expressão de Adam Smith), mas agrava as contradições dentro do capitalismo como um todo.

Por toda a parte, os interesses e os atores que estão por detrás da *financeirização* têm pressionado os governos no sentido de adoptarem as políticas que vêm provocando a diminuição dos salários reais e a diminuição da parte da riqueza criada que cabe aos trabalhadores e as políticas que dão primazia ao combate à inflação (para que não fiquem em risco as cotações dos valores mobiliários) e que desvalorizam a promoção do crescimento e do emprego.

13. - Pois bem. Creio que esta é a questão central que está por detrás da crise (desta e de todas as outras crises do capitalismo). E ela traduz uma contradição que o capitalismo não consegue ultrapassar.

Como é sabido, foi esta a inspiração de Keynes (preocupado, acima de tudo, em salvar o capitalismo) e foi esta a raiz do estado social e do estado-providência. Na verdade, os trabalhadores não são apenas os produtores da riqueza, são também a esmagadora maioria dos que têm de adquirir, pagando-as a um preço lucrativo para o capital, as mercadorias produzidas com o único objetivo de serem vendidas no mercado. O salário pago aos trabalhadores não é apenas um elemento dos custos de produção, é também o rendimento que alimenta o poder de compra da grande maioria da população que há-de comprar as mercadorias que têm de ser vendidas para que os empresários capitalistas possam recuperar o dinheiro investido e acrescentar o lucro (a *mais-valia*, em linguagem marxista).

Se o capital reduz os salários *aumenta a sua taxa de mais-valia* (em termos absolutos e relativos). Mas, ao fazê-lo, *reduz o poder de compra dos trabalhadores*, que constituem a grande massa dos consumidores, colocando em risco a *realização da mais-valia*. E as crises de sobreprodução, próprias do capitalismo são, precisamente, *crises de realização da mais-valia*.

A história do capitalismo adulto mostra que o aumento do poder de compra da grande maioria da população (que são os trabalhadores) acompanhou sempre os períodos de crescimento económico e de progresso social. O que significa que a subida dos salários reais, em resultado da luta das organizações dos trabalhadores, tem constituído, historicamente, um fator de desenvolvimento pelo menos tão importante como o desenvolvimento científico e tecnológico (e o consequente aumento da produtividade), as exportações e o investimento estrangeiro.

Por isso mesmo, é de esperar que o empobrecimento dos trabalhadores acabe, mais cedo ou mais tarde, por gerar uma *crise de sobreprodução*, pondo em causa o processo de reprodução do capital e 'destruindo' o capital em excesso (equipamentos, edifícios, recursos materiais, conhecimento, trabalhadores 'condenados' ao desemprego em massa).

Foi o que aconteceu, mais uma vez. Parece que tudo foi planeado para que a crise acontecesse, de modo a que, a pretexto dela, os grandes senhores do mundo pudessem aniquilar os direitos sociais dos trabalhadores (e, portanto, também os seus direitos civis e políticos), com o objetivo de fazer regressar o mundo aos tempos do capitalismo selvagem (que é, afinal, o capitalismo na sua essência).

14. – E agora? Ninguém saberá o que vai acontecer.

Os mais fiéis do neoliberalismo garantem que o dogma não está em causa, porque ele é o único caminho da salvação: passada a onda, tudo vai regressar ao paraíso das liberdades do capital, ainda que, entretanto, seja necessário que o estado capitalista mude de máscara mais uma vez, intervindo na economia para os salvar do naufrágio.

E a realidade parece confirmar este diagnóstico.

- Os *paraísos fiscais* continuam, intocáveis, a vender a sua soberania intocável aos que vivem fora da lei.

- As *agências privadas de rating* continuam a ditar sentenças infalíveis para 'orientar' os mercados. Apesar de todos acreditarmos que elas não são pessoas de bem.

- Todos os reguladores e supervisores continuam no seu posto, competentes e independentes como sempre, a dispor da vida das pessoas sem perante elas responderem politicamente. Para isso os declararam independentes: para que o povo soberano não possa pedir-lhes contas.

- Os banqueiros e os especuladores que provocaram a crise receberam milhões e milhões para continuarem a fazer o que sempre fizeram: aproveitar todas as oportunidades de negócios que a sacrossanta e absoluta *liberdade de circulação de capitais* lhes continua a proporcionar. Tudo é para eles muito fácil, porque eles são "os mercados" (esses seres misteriosos que enchem os *media* e que, como se fossem pessoas, sofrem de *stress*, ficam confusos, nervosos e ansiosos) e são também *donos das agências de rating* que dão orientações aos "mercados", para os ajudar a ultrapassar os estados de alma mais difíceis.

- E a verdade é que, apesar de desacreditado no plano teórico, o neoliberalismo não saiu de cena: os pontos deste 'teatro do mundo' continuam a soprar aos atores em palco os mesmos textos... E os governantes de turno não conhecem outra cartilha.

- O estado capitalista mostra de novo a sua face e a sua verdadeira natureza de classe. É o *estado garantidor* no seu melhor, garantindo os interesses e as posições de comando da pequena elite do grande capital financeiro.

Como é sabido, até os mais fundamentalistas dos fiéis do neoliberalismo, como Alan Greenspan, defendem agora que pode ser necessário nacionalizar alguns bancos... A ideia confessada é a de transformar dívida privada em dívida pública, pagando o *estado garantidor*, com o dinheiro dos impostos, o *lixo tóxico* acumulado pelas instituições financeiras que se lançaram em jogos especulativos de alto risco, acabando por ficar com as mãos cheias de fichas de um casino sem fundos. Fica a descoberto o *capitalismo de compadrio* ("cronney capitalism"), a completa cumplicidade entre o grande capital financeiro e os círculos do poder político.

O *estado capitalista*, como *estado de classe*, é isto mesmo. E o neoliberalismo não dispensa o seu estado, antes pressupõe um *estado de classe* forte e atuante. Os lobbistas que conseguiram fazer aprovar a legislação desregulamentadora, que abriu caminho a todas as práticas irresponsáveis e criminosas dos 'especuladores', estão agora a ganhar dinheiro conseguindo fazer prevalecer a ideia de que a única saída para a crise reside na *intervenção do estado para obrigar os trabalhadores a pagar a crise*. Como é costume.

15. - À escala europeia, foi também o dinheiro dos contribuintes que salvou os bancos do 'lixo tóxico' com que se envenenaram graças aos negócios irresponsáveis e às práticas criminosas a que se dedicaram. Mas nada de essencial mudou quanto às regras do seu funcionamento: eles (e todo o sistema financeiro) continuam livres para ganhar muito dinheiro especulando contra o euro e agravando o custo da dívida e os défices dos estados membros mais débeis, aos quais emprestam a taxas de juro agiotas o dinheiro que o BCE coloca à sua disposição a taxas de 1%.

Perante a crise, muitos governantes (até Sarkozy!) vieram a público proclamar que o neoliberalismo tinha de sair de cena. No entanto - como todos os dias podemos confirmar -, os nossos governantes continuam muito pouco inclinados a levar Keynes a sério e não parecem dispostos a combater, como ele defendeu, aqueles que considerava *os dois vícios fundamentais do capitalismo*, 'vícios' que punham em causa a 'paz social' indispensável ao funcionamento do sistema dentro das regras da democracia política: 1) a possibilidade de ocorrência de situações de desemprego involuntário; 2) as enormes desigualdades na distribuição do rendimento, que dificultam o desenvolvimento económico e potenciam o desemprego.

As políticas defendidas e praticadas pelas instituições da UE e pelos governos dos estados membros da UE são políticas neoliberais, que, a curto prazo, provocam recessão, aumentam o desemprego, reduzem duramente os rendimentos dos mais pobres (incluindo os desempregados) e aumentam as já gritantes desigualdades sociais, e que, a médio e a longo prazo, dificultarão o crescimento da economia e obrigarão a desviar para o pagamento da dívida toda a riqueza criada (sem anular, antes aumentando, o risco da bancarrota).

16. - Como é sabido, a consolidação do *mercado interno*, a construção da UEM e a densificação da UE têm-se traduzido, para os Estados membros, na perda de soberania (em 'europês', fala-se de *soberania partilhada*) em alguns domínios (política monetária e cambial, política financeira, regras de concorrência, política agrícola e de pescas, política comercial, etc.). E esta perda tem sido agravada pela alienação do *setor empresarial do estado*, que retira aos estados nacionais qualquer possibilidade de *intervenção direta na economia* enquanto empresários com presença relevante em setores estratégicos, com fortes efeitos de irradiação em outros setores da economia.

Importa ter presente, porém, que, apesar das perdas de soberania atrás referidas, a UE não é uma federação, não tem um governo federal e não tem um orçamento federal, um orçamento com capacidade redistributiva. Apesar da crise, em nome da qual se cortaram cerca de 2.500 milhões de euros nas despesas de coesão, o orçamento da União aprovado para 2010 não foi além de 1,04% do PIB comunitário.⁹

Isto significa que as competências perdidas pelos estados-membros *não são transferidas* para as instituições da União. E como estas *não são órgãos de soberania* não dispõem da chamada *competência das competências*, i.é, não podem atribuir a si próprias novas competências. Quer dizer: à luz dos Tratados estruturantes da UE, nenhuma das instituições comunitárias tem a competência para (ou a responsabilidade de) definir políticas anti-cíclicas, nem existem no orçamento da UE os recursos necessários para as financiar.

17. - Com a criação do euro, vários países adotaram a moeda única com paridades que sobrevalorizaram muito as moedas nacionais substituídas pelo euro. Estes países (entre os quais

9 Cfr. *Le Monde Diplomatique* (edição portuguesa), set/2010, 9. Em contraponto, segundo dados da Comissão Europeia, a fraude fiscal representa entre 2% a 2,5% do PIB comunitário. Quer dizer, pelo menos o dobro do orçamento da União. E é claro que não são os trabalhadores por conta de outrem que fogem ao fisco: o imposto sobre o rendimento é logo descontado na folha de pagamento. E também não fogem ao IVA, cobrado pelas empresas no momento em que compram os bens e serviços em que gastam praticamente todo o seu rendimento disponível. O combate à fraude fiscal deveria ser uma prioridade, porque a fraude é um crime e porque com o dinheiro desviado se poderiam resolver muitos problemas. Mas as prioridades são outras, porque a prática da fraude fiscal é um 'luxo' reservado a quem tem muito dinheiro. E o *direito ao luxo* é um direito que não se discute. Alguns dirão, como no século XVIII, que o luxo dos ricos faz a felicidade dos pobres...

Portugal) passaram a exportar em moeda forte (tornando mais caros os seus produtos) e perderam a soberania sobre a política monetária e sobre a política cambial (ficando impedidos de recorrer à desvalorização da moeda para ocorrer a dificuldades conjunturais das suas balanças de pagamentos).

Resultado: a estes países, quando afetados por crises graves, só resta acatar a ortodoxia monetarista, que impõe o sacrifício do crescimento económico, o aumento do desemprego, a privatização das empresas públicas (ainda por cima a preços vis), a redução do investimento público, o congelamento ou a diminuição de salários e pensões de reforma e a redução dos direitos sociais dos trabalhadores.

Recordemos: segundo os cânones monetaristas mais radicais, o objectivo primordial do BCE, responsável pela *política monetária única* dos países que adotaram o euro como moeda é o da *estabilidade dos preços*, a ele devendo ser sacrificados todos os outros objectivos de política económica, nomeadamente o crescimento económico, a luta contra o desemprego e a promoção do pleno emprego, a redistribuição do rendimento, o desenvolvimento regional equilibrado.

Embora a UE não seja um estado federal, o BCE é uma instância supranacional, de facto, um verdadeiro *banco central federal*. No *Boletim Mensal do BCE* (out/2000, 55) admite-se mesmo que “o Eurosistema foi dotado de um núcleo central de soberania”.

Enquanto o Sistema de Reserva Federal dos EUA (Fed) é uma agência governamental entre outras, *independent within the Government*, obrigada a trabalhar no sentido de adequar a sua ação não só ao objetivo da estabilidade dos preços como aos objetivos do crescimento económico e da promoção do emprego, o BCE, ao invés, está impedido de solicitar ou receber instruções das instituições comunitárias ou dos governos dos estados-membros, cabendo aos bancos centrais nacionais dos países do euro um protagonismo inferior ao dos bancos centrais dos estados federados da União americana.

No domínio das políticas económicas, as relações do BCE com outras instâncias (comunitárias ou nacionais) competentes nesse domínio mantêm-se ao nível de um *diálogo não vinculativo*, do qual não pode decorrer qualquer compromisso do BCE no sentido de vir a coordenar as suas decisões de política monetária com as decisões de qualquer outra instituição sobre as demais áreas da política económica e social. Foi este o entendimento expresso pelo Conselho de Helsínquia em Dezembro/1999.

Por outro lado, enquanto os EUA podem financiar as políticas públicas recorrendo à emissão de moeda, a UE e os estados membros estão impedidos de beneficiar de qualquer tipo de crédito concedido pelo BCE, ao qual é igualmente vedado garantir obrigações da União ou dos estados membros, bem como a compra direta de títulos de dívida emitidos pela União ou pelos estados membros.

Mas o BCE pode emprestar (e tem emprestado) dinheiro aos bancos privados, fornecendo-lhes, a taxas de juro à volta de 1%, a liquidez de que precisam para desenvolver os seus negócios, dinheiro que eles agora emprestam aos países em dificuldades a taxas que já ultrapassaram os 15%.

18. - No início de 2010, o Conselho Europeu proclamou solenemente que esse ano seria ainda um ano em que a prioridade tinha de ser o combate ao desemprego, a proteção dos que mais sofrem com a crise e o apoio à recuperação da economia. Toda a gente entendeu que não poderia ser de outro modo.

Acontece que, uns dois meses depois, o mesmo Conselho Europeu, com a mesma solenidade, mas agora em tom mais grave, anunciou exatamente o contrário: a prioridade tem que ser, sem qualquer contemplação, o combate ao défice público e a redução da dívida externa, o que implica, como se está a ver por toda a Europa, a adoção de políticas contracionistas (como manda o cânone neoliberal), que vão acentuar ainda mais a recessão da economia e aumentar o número de desempregados, impondo àqueles que mais sofrem com a crise o ónus de a pagar.

Porquê esta mudança? Porque os especuladores (os tais que são *a sida (aids) da economia mundial*) lançaram um forte e concertado ataque especulativo contra o euro, escolhendo como alvo a Grécia, a Irlanda, Portugal e a Espanha.

As agências privadas de *rating* americanas vieram anunciar que aumentara o risco de estes países não pagarem atempadamente as suas dívidas (a dívida soberana e as dívidas privadas, dos bancos e das empresas não financeiras) aos credores internacionais. E “os mercados” ficaram *nervosos* e reagiram elevando os juros que cobram aos países visados (estados e empresas). No caso da Grécia e de Portugal, “os mercados” (i. é, os credores internacionais) são, em cerca de 80%, os grandes bancos franceses, alemães, holandeses e espanhóis.

Quem manda neste mundo da globalização neoliberal são as agências de *rating* privadas (e americanas) e “os mercados”, com a agravante de que estes, quando reagem, dizem os especialistas nestas coisas, é porque estão “nervosos” ou “ansiosos”, o que talvez permita explicar que eles cometam *excessos*, como ficámos a saber pela voz autorizada da Sr^a Merkel.

Erros e excessos cometem também as famosas agências de *rating*, que alguns (a começar pelos “mercados”) pretendem fazer passar por infalíveis, para justificar que elas sejam tidas como uma espécie de *juízes de última instância* ou *pitonisas* de algum *deus-governador-do-mundo*, que têm sempre a palavra certa e decisiva sobre a saúde da economia mundial. A verdade é que elas tinham atribuído notações fortes aos bancos e às companhias de seguros americanos (e outros) que faliram em 2008. E, também em 2008, atribuíram à Islândia a notação mais elevada, poucos dias antes de o Governo deste país anunciar a impossibilidade de efetuar pagamentos.

Pior ainda: elas têm pés de barro. Elas atuam frequentemente como juízes em causa própria. Pelo menos duas das principais agências de *rating* são propriedade de grupos financeiros (nomeadamente poderosos fundos de investimento) que têm interesse, como investidores, nas empresas e nos estados que elas analisam e avaliam. Tais agências atuam, deste modo, à margem dos mais elementares deveres deontológicos, talvez mesmo de forma a configurar prática criminosa, tendo em conta o claro conflito de interesses que deveria impedi-las de intervir, o mesmo acontecendo quando vendem pareceres (trabalhos de consultadoria) a empresas que avaliam.

Muito recentemente (já em abril/2011), um inquérito do Senado dos EUA concluiu que duas das mais importantes (a *Moodys* e a *Standard and Poor*) aceitaram pressões dos grandes bancos (nomeadamente do *Goldman Sachs*) para atribuírem notações elevadas a ativos financeiros que todos sabiam serem lixo, ativos tóxicos. Razão tem a gente da minha terra, onde se diz que *quem paga ao tocador é que escolhe a música*... Os que pagam e garantem os lucros das agências de *rating* é que decidem as notações que elas vão atribuir. “Os mercados” estão no início e no fim desta teia de interesses inconfessáveis.

As agências de *rating* prestam serviços a quem lhes paga, porque elas vivem desse negócio. Talvez por isso, muita gente bem intencionada tem sugerido que as agências de *rating* (em vez de serem todas privadas e todas americanas, ao menos as que *dão cartas* no 'casino') passem a ser empresas públicas (nacionais) ou que a sua função seja desempenhada por agências internacionais especializadas. Alguns propõem mesmo que esta actividade seja vedada a empresas privadas. Já alguém sugeriu que a UE criasse uma agência de *rating* europeia. Nada se fez, porém. Tais agências são intocáveis, tal como os paraísos fiscais. "Os mercados" – que as pagam - assim o querem.

19. - Diz-se que a dívida externa grega anda à roda dos 130% do PIB. Mas ninguém fala do Japão, cuja dívida soberana ronda os 200% do PIB. Com uma diferença: é que os credores da dívida soberana do Japão são, em mais de 90%, os próprios japoneses. O Japão está, por isso, em condições de resolver *politicamente* os problemas da sua dívida soberana.

Na generalidade dos países, porém, os meios ao dispor da sociedade de consumo conduziram à quase anulação da poupança privada e até ao sobre-endividamento das famílias. Os próprios estados retiraram todos os atrativos aos instrumentos de poupança ao alcance das pequenas bolsas (assim aconteceu em Portugal) e desistiram de desenvolver políticas sérias de estímulo à poupança.

No que se refere à zona euro, a política monetária só se preocupa com a estabilidade dos preços, e as receitas neoliberais, nomeadamente a que se traduz na *independência dos bancos centrais*, retiraram aos estados a possibilidade de se financiarem através da emissão de moeda. Ao menos para os estados mais fracos, é, verdadeiramente, a *privatização do estado*, colocando os estados nacionais na mesma situação de qualquer particular: quando precisam de dinheiro, vão aos mercados e estes é que decidem o que convém ao país, apesar de não terem nenhum mandato democrático para o exercício dessa função de gestores da *res publica*.

As grandes empresas, em vez de fazerem poupanças com vista ao auto-financiamento, pagam honorários faraónicos aos seus administradores e distribuem dividendos não menos faraónicos aos seus acionistas, dinheiro que vai para os paraísos fiscais ou é 'investido' nos jogos de bolsa. Em muitos países (incluindo Portugal), as bolsas de valores não têm nada que ver com o financiamento das empresas (através da emissão de acções ou obrigações no mercado primário), funcionando como meros casinos para gente com muito dinheiro.

Os bancos, as companhias de seguros, as sociedades gestoras de fundos de pensões e outras instituições financeiras utilizam muitos dos fundos que administram (incluindo os depósitos que recebem, quando é o caso), não para financiar o investimento produtivo, mas apostar nos jogos de casino, em operações especulativas, na aquisição de 'produtos estruturados' que nem eles sabem muito bem o que seja.

É isto que "os mercados" querem: famílias, empresas, estados, estão todos nas mãos do capital financeiro.

20. – Após um pequeno período de aparente reconciliação com o 'ressuscitado' Keynes, os senhores do mundo voltaram a enterrá-lo bem enterrado, persistindo em políticas contracionistas que só provocam mais recessão, mais desemprego e mais défices de todo o tipo.

No entanto, ainda ninguém conseguiu demonstrar a existência de uma relação positiva entre a flexibilização da legislação laboral (a ‘flexibilidade’) e os baixos salários, por um lado, e o aumento da ‘competitividade’ ou a redução do desemprego, por outro lado. A vida nega todos os dias esta pretensa relação, que não passa de uma criação da ideologia dominante. Os neoliberais (socialistas ou conservadores) teimam em esquecer o que Keynes deixou claro (para já não falar de Marx, muito mais ‘suspeito’ do que Keynes...): os salários sobem quando o desemprego diminui e diminuem quando o desemprego aumenta, e não o contrário. O desemprego não diminui quando os salários baixam nem aumenta quando os salários sobem, porque – argumenta Keynes - o nível do emprego (e o nível dos salários) depende de um fator externo ao mercado de trabalho: a *procura efectiva* (i.é, a procura solvável, a procura capaz de pagar os bens colocados no mercado e de garantir os lucros do capital).

E é claro que, nos círculos do pensamento único, ninguém sequer pensa na única equação que, a meu ver, responde à questão central colocada pela crise aberta em 2007/2008.

Diz-se que a saúde do sistema financeiro, nomeadamente do sistema bancário, é essencial à saúde da economia e à salvaguarda da coesão social e, no limite, à defesa da soberania nacional (evitando a bancarrota do estado).

Alega-se que, por isso mesmo, quando os banqueiros levam os bancos à falência porque comprometeram nos jogos de bolsa as poupanças que a comunidade lhes confia, o estado deve intervir para os salvar, gastando nessas operações de salvamento muitos milhões que saem dos bolsos de quem trabalha (tudo em nome do interesse público, claro).

Defendem outros que a *estabilidade do sistema financeiro* é um *bem público*.

Pois muito bem. Se isto é verdade, então, a única conclusão lógica é a de que deve caber ao estado a propriedade e a gestão do sistema financeiro, a gestão da poupança nacional, a definição das prioridades do investimento a realizar com ela, a responsabilidade pela ‘produção’ daquele *bem público*, chamando a si o controlo dos operadores financeiros, para acabar com os ‘jogos de casino’ e para garantir que os operadores financeiros atuam sempre tendo apenas em vista o interesse público.

Não seria correto eu invocar o ‘santo nome de Keynes’ para dizer que ele estaria de acordo comigo. Mas uma coisa é certa: na minha ótica, um dos pontos fundamentais das propostas keynesianas é a defesa que ele faz da necessidade de uma certa *coordenação pelo estado do aforro e do investimento de toda a comunidade*. Em defesa deste ponto de vista invoca duas razões fundamentais: 1^a) as questões relacionadas com a distribuição do aforro pelos canais nacionais mais produtivos “não devem ser deixadas inteiramente à mercê de juízos privados e dos lucros privados”; 2^a) “não se pode sem inconvenientes abandonar à iniciativa privada o cuidado de regular o fluxo corrente do investimento”.

Por estas razões defendeu Keynes a necessidade de “uma ampla expansão das funções tradicionais do estado”, a necessidade de “uma acção inteligentemente coordenada” para assegurar a utilização mais correcta do aforro nacional, a necessidade da “existência de órgãos centrais de direcção”, a necessidade de “medidas indispensáveis de socialização” e de *uma certa socialização do investimento* (“a somewhat comprehensive socialization of investment”).

Aqueles que dizem que o neoliberalismo morreu e defendem que o mundo não pode continuar como até aqui fariam bem em levar a sério estes ensinamentos de Keynes.

21. - Relativamente ao que é substancial, a verdade, porém, é que a orientação neoliberal das instituições da União e dos governos dos estados membros não mudou nada em consequência da presente crise. Antes tem acentuado, aproveitando a onda, tudo aquilo que, nos últimos anos, tem vindo a pôr em causa direitos conquistados, um a um, pelos trabalhadores, direitos que o estado-providência foi acolhendo e que os neoliberais atacaram abertamente desde o início da “contra-revolução monetarista”.

O auxílio à Grécia não foi uma decisão da UE, foi uma decisão inter-governamental dos estados do euro-grupo, e só foi tomada (muito tardiamente!) depois da realização das eleições num dos estados alemães. E não está claro que o Fundo Europeu de Estabilização Financeira (para já um *fundinho*, perante os sucessivos adiamentos do aumento do seu capital), criado pouco depois, com a participação dos 16 países do euro-grupo, do BCE e do FMI, seja um fundo da União, embora tenha sido constituído ao abrigo do art. 122º, nº 2 do TSEUE. Os encargos com os empréstimos concedidos por esse Fundo não-de ser pagos pelos países ‘ajudados’ não à UE, mas a cada um dos estados participantes do Fundo, ao FMI e ao BCE.

A constituição deste Fundo poderá, eventualmente, ter-se traduzido na alteração, de facto, dos estatutos do BCE, na medida em que abriu caminho à compra de dívida pública por parte do BCE, embora apenas no mercado secundário. Mas é preciso que o faça no mercado primário, financiando diretamente os estados, para que estes, ao menos os mais fracos, não sejam um joguete nas mãos dos “mercados”. Ao fim e ao cabo, tal Fundo não passa de um estratagema para a ‘Europa’ tentar encobrir o seu estatuto de minoridade, a sua incapacidade para defender o euro sem se submeter às regras de ferro do FMI, como qualquer país subdesenvolvido. Ao mesmo tempo que garante aos países mais fortes (os grandes beneficiários da adoção do euro, nomeadamente a Alemanha) que serão os mais fracos a suportar, sozinhos, os custos da defesa do euro-moeda-única (o *deutsche-euro*).

Não está claro o que vai ser este FEEF no futuro, em especial no que toca às imposições que a Alemanha se prepara para fazer. Mas não parece arriscado vaticinar que, à semelhança do sócio FMI, tal Fundo visa muito mais defender os interesses dos “mercados” (os grandes bancos credores) do que os estados em dificuldade. Colada a ele, vem sendo propagandeada a necessidade de constitucionalizar o princípio do equilíbrio das finanças sãs (ou um máximo de despesa como percentagem do PIB), impedindo os estados de recorrer à política financeira para enfrentar as crises.¹⁰ Afastado, no quadro europeu, o recurso à desvalorização da moeda (que há anos fazia parte de todos os pacotes impostos pelo FMI), resta, como variável estratégica, a *redução dos custos do trabalho* (como é claro no comunicado do Euro-Grupo de 11.3 2011).

10 Milton Friedman bateu-se pela constitucionalização da chamada *regra de Friedman*: os estados (ou os seus bancos centrais) não deveriam poder emitir mais moeda do que a correspondente ao aumento da produção acrescido de 3%. Nenhum estado adotou o conselho de Friedman. Mas o resultado que ele pretendia foi obtido, com vantagem, pela consagração e constitucionalização do princípio (também monetarista e friedmaniano) da *independência dos bancos centrais*, que amputou os estados da soberania monetária e impede os bancos centrais de conceder crédito, por qualquer forma, aos estados nacionais. Como é sabido, o BCE é o mais independente de todos os bancos centrais, e os bancos centrais nacionais dos países do euro não passam de *repartições periféricas* do BCE. A *privatização do estado* (reduzindo os estados nacionais, a este respeito, a condição idêntica à de um qualquer cidadão) é agora prosseguida no terreno da política financeira, que se quer retirar do leque de instrumentos ao dispor dos respetivos governos.

22. - Nos vários países da UE, com mais ou menos intensidade, os Governos aplicam, no essencial, as mesmas receitas: dar milhões a banqueiros e a especuladores; oferecer uma tributação amiga aos rendimentos muito elevados e aos rendimentos do capital; fechar os olhos à evasão e à fraude fiscais; extorquir esses milhões a quem trabalha e a quem está desempregado, através do aumento do IVA e dos impostos sobre os rendimentos do trabalho, do congelamento e mesmo redução dos salários, das pensões de reforma e dos apoios sociais aos desempregados, do aumento da contribuição das famílias nas despesas com a saúde e com a educação, da facilitação dos despedimentos, da generalização do trabalho precário e sem direitos, da mobilidade em matéria de horários e de locais de trabalho, do bloqueio da *contratação coletiva*, substituída por *acordos de empresa* (como manda o FMI), para dividir e isolar os trabalhadores e anular o poder negocial dos sindicatos.

Nas palavras de Paul Krugman, esta política – verdadeira *terapia de choque* para a qual, insistem, *não há alternativa...* - “exige sacrifícios humanos para apaziguar a cólera de deuses invisíveis”. Serão invisíveis, mas são bem conhecidos, estes ‘deuses’: são “os mercados”, isto é, as grandes instituições financeiras europeias e mundiais.

23. – Como se diz acima, a UE não é um estado federal, e talvez os seus povos não queiram sê-lo. Por isso, a soberania nacional retirada aos estados membros não foi transferida para nenhuma instância comunitária: não há um governo comunitário, não há um orçamento comunitário digno desse nome, não há uma política económica comum, nem uma política orçamental nem uma política fiscal comum, e a política monetária única está completamente desfasada da realidade da grande maioria dos países que integram a união monetária.

Esta é um ‘negócio’ da Alemanha, que agora recusa algumas soluções que poderiam ajudar a aliviar a pressão. Se *os mercados* (os *especuladores*) atacam os países mais débeis do euro, a emissão de *títulos de dívida comunitários* (os famosos *euro-bonds*, de que tanto se fala) poderia permitir que a defesa do euro, perante os ataques especulativos de que é alvo, fosse assegurada não apenas à custa dos sacrifícios daqueles que são o elo mais fraco da cadeia, mas com o contributo de todos os países da zona euro. Esta solução não é adotada porque a Alemanha não quer.

Se as regras não mudarem radicalmente, os países alvo das manobras especulativas ficarão condenados a não fazer mais do que escravizar os seus cidadãos, obrigando-os a pagar os custos do combate ao défice e do combate à dívida externa, doenças que nunca conseguirão curar, porque o remédio receitado pela farmácia neoliberal (baixa dos salários e destruição dos direitos dos trabalhadores) só acrescenta recessão à recessão e a recessão só pode ocasionar mais défice e mais dívida. Como é que países como Portugal poderão pagar os juros leoninos que “os mercados” estão a exigir-lhe? Não é razoável admitir que a economia portuguesa possa crescer a taxas que permitam suportar tão exorbitantes encargos financeiros.

Se não queremos ficar sujeitos à tirania do *deutsche euro*, é imperioso mudar as regras da UEM e mudar os estatutos do BCE, para que este possa assumir-se (à semelhança do FED e do Banco Central do Japão) como um verdadeiro banco central, com capacidade para emitir moeda destinada a financiar diretamente os investimentos da União e dos estados-membros e a ajudar estes

a promover uma estratégia de desenvolvimento sustentado e a dar combate às crises. A situação atual parece reforçar as razões de quantos vêm defendendo a necessidade de flexibilizar as regras do mercado interno único, permitindo as ajudas do estado a setores e empresas inovadores (capazes de criar maior valor acrescentado) e até a necessidade de permitir algumas medidas de defesa perante as importações (incluindo a desvalorização do euro). Parafraseando um poeta brasileiro (Álvaro Moreira), apetece dizer que *a Europa está toda errada, é preciso passa-la a limpo*.

24. - O que resta do estado-providência ajudará a compreender que, apesar deste quadro, a Europa vá sobrevivendo, até hoje, sem graves convulsões sociais, apesar dos retrocessos já verificados. Por isso, empenhamento cego de todos os servidores do neoliberalismo e de todos os crentes do deus-mercado em anular por completo os direitos que os trabalhadores europeus foram conquistando ao longo dos quase duzentos e cinquenta anos que levam de capitalismo (e de lutas contra ele) lembra a história trágica do aprendiz de feiticeiro.

25. - Neste tempo de grandes contradições, a vida mostra que o homem não deixou de ser o lobo do homem. Mas os ganhos de produtividade resultantes da revolução científica e tecnológica que tem caracterizado os últimos duzentos e cinquenta anos de vida da humanidade dão-nos razões para acreditar que podemos construir um mundo de cooperação e de solidariedade, um mundo capaz de responder satisfatoriamente às necessidades fundamentais de todos os habitantes do planeta.

A 'globalização neoliberal', que alguns procuram fazer passar como uma *consequência inevitável* do desenvolvimento científico e tecnológico, não é um fruto exótico que nasceu nos terrenos do capitalismo, nem é o produto inventado por uns quantos 'filósofos' que não têm mais nada em que pensar.

O neoliberalismo é o reencontro do capitalismo consigo mesmo, depois de limpar os cremes das máscaras que foi construindo para se disfarçar.

O neoliberalismo é o capitalismo puro e duro do século XVIII, mais uma vez convencido da sua eternidade, e convencido de que pode regressar impunemente à lei da selva dos tempos do 'paraíso liberal' do século XVIII.

A *globalização neoliberal* tem de ser entendida, pois, como um *projeto político* levado a cabo de forma consciente e sistemática pelos grandes senhores do mundo, apoiados, com nunca antes na história, pelo poderoso arsenal dos aparelhos produtores e difusores da ideologia dominante, responsáveis pelo totalitarismo do *pensamento único*.

À luz deste entendimento, a crítica da globalização não pode, é claro, confundir-se com a defesa do regresso a um qualquer 'paraíso perdido', negador da ciência e do progresso. Os adversários da *globalização predadora* que marca o nosso tempo não podem deixar de apoiar a revolução científica e tecnológica. Mas não podem confundi-la com a globalização nem ver nesta o resultado inevitável daquela. Seria indesculpável que cometêssemos hoje o erro dos primeiros operários da revolução industrial inglesa, que destruíram e sabotaram as máquinas por verem nelas o seu inimigo.

O que está mal na globalização atual é o neoliberalismo que a alimenta, a estrutura dos poderes em que ela se apoia, os interesses que serve, não a revolução científica e tecnológica que torna possíveis alguns dos instrumentos da ‘política neoliberal globalizadora’.

Sendo a globalização neoliberal um *projeto político*, os seus adversários têm de ser capazes de alimentar um *espírito de resistência* à ideologia dominante (desde logo no terreno do trabalho teórico) e de pôr de pé um *projeto político* inspirado em valores e empenhado em objetivos que “os mercados” não reconhecem nem são capazes de prosseguir. Um *projeto cultural* que assente na confiança no homem e nas suas capacidades, rejeitando a lógica determinista que nos imporia, como inevitável, *sem alternativa possível*, a atual globalização neoliberal, uma das marcas desta *civilização-fim-da-história*.

Apesar da ‘ditadura global’ que caracteriza este tempo de hegemonia unipolar e de pensamento único, é preciso aproveitar as brechas que se vão abrindo na fortaleza do capitalismo globalizado. “Os que protestam contra a globalização – reconhecia *The Economist*, no editorial de 23.9.2000 - têm razão quando dizem que a questão moral, política e económica mais urgente do nosso tempo é a pobreza do Terceiro Mundo. E têm razão quando dizem que a onda de globalização, por muito potentes que sejam os seus motores, pode ser travada. É o facto de ambas as coisas serem verdadeiras que torna os que protestam contra a globalização tão terrivelmente perigosos”.

Num momento de lucidez, um dos faróis do neoliberalismo vem dizer o que nós já sabíamos: os *motores da globalização* podem ser parados ou mesmo postos a andar em marcha atrás; a *inevitabilidade* da globalização neoliberal é um mito; a tese de que *não há alternativa* é um embuste.

26. - Sabemos que o desenvolvimento científico e tecnológico conseguido pela civilização burguesa proporcionou um aumento meteórico da capacidade de produção e da produtividade do trabalho humano, criando condições mais favoráveis ao progresso social. Este desenvolvimento das forças produtivas (entre as quais avulta o próprio homem, como criador, depositário e utilizador do conhecimento) só carece de novas relações sociais de produção, de um novo modo de organizar a vida coletiva, para que possamos alcançar o que todos buscamos: a felicidade.

Mas também sabemos que as mudanças necessárias não acontecem só porque nós acreditamos que é possível um mundo melhor: o voluntarismo e as boas intenções nunca foram o motor da história. Essas mudanças hão-de verificar-se como resultado das leis de movimento das sociedades humanas. Mas os povos organizados podem acelerar o movimento da história e podem ‘fazer’ a sua própria história, dispondo-se à luta para tornar o sonho realidade. E se *o sonho comanda a vida, a utopia ajuda a fazer o caminho*. Como nos versos do Chico Buarque, “apesar de você, amanhã há-de ser outro dia”.